



**UFRJ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

**GABRYELLA LUNA DO BOMFIM**

A Relação Entre Socialismo e Democracia: uma reflexão sobre o Programa Nacional Democrático do PCB e a Estratégia Democrático Popular do PT

**Rio de Janeiro  
2022**

Gabryella Luna do Bomfim

**A Relação Entre Socialismo e Democracia: uma reflexão sobre o Programa Nacional Democrático do PCB e a Estratégia Democrático Popular do PT**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Fátima da Silva Grave Ortiz

Rio de Janeiro  
2022

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha família, que me dá todo o suporte para que eu possa me dedicar aos estudos. Mãe, obrigada por secar minhas lágrimas no momento mais doloroso desse TCC. Pai, muito obrigada por todas às vezes que me aconselhou estudar para ter um futuro melhor. Cada pedacinho deste TCC é também de vocês, porque sem vocês nada disso teria acontecido.

Em segundo lugar ao meu namorado, Rennan Santos, por aguentar todos os meus desabafos, por me acolher durante as crises e por ser meu fiel companheiro.

A todos os professores que estiveram ao meu lado nessa jornada, que me abriram as portas durante minha passagem na graduação e que confiaram no meu potencial.

## **EPÍGRAFE**

*“A educação é o poder das mulheres”  
Malala Yousafzai*

**RESUMO**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso realizou-se por meio de uma pesquisa bibliográfica e tem como objetivo realizar uma reflexão sobre o vínculo entre democracia e socialismo, especialmente aqui, analisando como tal vínculo se expressa na Estratégia Democrático-Nacional do Partido Comunista Brasileiro e na Estratégia Democrático-Popular do Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido primeiramente apresento de forma breve como emerge a democracia e como ela se torna o regime de governo hegemônico no mundo para adiante analisar como ela influenciou no desenvolvimento das estratégias políticas dos maiores partidos de massas vistos no Brasil.

Palavras Chave: Democracia, PCB, PT

**ABSTRACT**

This Course Completion Work was carried out through a bibliographical research and aims to reflect on the link between democracy and socialism, especially here, analyzing how such link is expressed in the Democratic-National Strategy of the Brazilian Communist Party and in the Democratic-Popular Strategy of the Workers' Party. In this sense, I first briefly present how democracy emerges and how it becomes the hegemonic government regime in the world to further analyze how it influenced the development of political strategies of the largest mass parties seen in Brazil.

Keywords: Democracy, PCB, PT

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	7
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DA DEMOCRACIA NO BRASIL</b> .....	16
<b>2 A DEMOCRACIA COMO ESTRATÉGIA PARA O SOCIALISMO</b> .....	27
2.1 SOBRE O EUROCOMUNISMO.....	27
2.2 A TESE DA DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL.....	30
<b>3 AS ESTRATÉGIAS DA ESQUERDA BRASILEIRA: AS EXPERIÊNCIAS DO PCB E DOPT</b> .....	39
3.1 O Programa Nacional-Democrático do PCB.....	40
3.2 Estratégia Democrático-Popular .....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	48
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	56

## APRESENTAÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso, intitulado *A Relação Entre Socialismo e Democracia: um reflexão sobre o Programa Nacional Democrático do PCB e a Estratégia Democrático Popular do PT* realizado com a finalidade de cumprir a exigência formal para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Meu interesse por pesquisar a democracia, e mais particularmente como ela vai se desenvolver no Brasil, vem a partir das reflexões realizadas no projeto de pesquisa, “Democracia, Pluralismo e Serviço Social: uma análise sobre as implicações do projeto Democracia de Massas para a profissão no Brasil nos anos 1980-1990 e desdobramentos contemporâneos”, onde fui contemplada como bolsista com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) promovido pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) em parceria com a UFRJ no período de agosto de 2020 até 2022. Assim nasceu a possibilidade de entender mais a fundo o tema da democracia e seus desdobramentos.

Neste período também pude acompanhar as discussões do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade – NEFSSC, a qual acompanhei as reuniões com diversos integrantes do mestrado, do doutorado e de egressos da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, onde tive contato com debates muito caros a categoria dos assistentes sociais e para além desses o campo das Ciências Humanas e Sociais, o que foi de grande valia para minha formação enquanto profissional e pesquisadora.

Durante a minha participação no grupo de pesquisa realizei diversos estudos sobre a questão democrática, primeiramente entendendo como ela apareceu nas obras do jovem Marx, depois, compreendendo como este mesmo pensador através do seu amadurecimento teórico e político entendeu a democracia e a classificou como um instrumento burguês. Ademais, aprendi a democracia em novo sentido como nos traz Carlos Nelson Coutinho na sua tese sobre “A Democracia Como Valor Universal” e finalmente concluímos entendendo como a democracia se tornou uma questão central para os assistentes sociais, no seio do movimento de ruptura com o conservadorismo, ao ponto desta aparecer como princípio em nosso Código de Ética.

Todo esse processo de apreensão da democracia foi documentado e transformado em trabalhos que foram apresentados na XLII Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural (JICTAC 2020), 11ª Semana de Integração Acadêmica



(SIAc) UFRJ, no XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e por fim resultam neste Trabalho de Conclusão de Curso.

Sendo assim, acredito que me tenha sido de grande valia, enquanto futura assistente social, entender as diferentes perspectivas de democracia e como elas se desenvolvem no Brasil, já que apesar dessa categoria não ser objeto de estudo específico do Serviço Social, ela tem uma considerável importância para o debate profissional e também para a sociedade como um todo.

Para a realização do estudo, optou-se por utilizar um mapeamento bibliográfico, notadamente livros, artigos, teses e dissertações a respeito da temática da democracia, das diferentes concepções sobre a mesma e do desenvolvimento da democracia no Brasil.

Na elaboração deste Trabalho, busquei utilizar os autores vistos ao longo do curso de graduação em Serviço Social e durante minha participação no grupo de pesquisa. Para a apresentação da perspectiva de democracia, utilizei Karl Marx, Marilena Chauí, Ellen Wood e Carlos Nelson Coutinho. Já para analisar como a democracia se desenvolveu historicamente no Brasil, utilizei os clássicos do pensamento brasileiro como: Caio Prado Júnior, Antônio Carlos Mazzeo, Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini e Clóvis Moura. Por fim, para o entendimento das teses sobre a relação entre democracia e socialismo recorri a Flávia Nicolis, Carlos Nelson Coutinho e Mauro Iasi, dentre outros autores.

O Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em três capítulos. O primeiro intitulado - *Considerações Sobre A Trajetória Da Democracia No Brasil* - se propõe a realizar um rápido resgate da história da democracia no Brasil, desde o processo de implementação da Primeira República até a abertura democrática após a Ditadura Civil Militar, demonstrando como a democracia se desenvolve em nosso país.

No segundo capítulo - *A Democracia Como Estratégia Para O Socialismo* - realizamos um esforço em demonstrar como se processa a relação entre democracia e socialismo, a ponto da primeira ser vista como um possível caminho para a conquista do socialismo, passando pelo eurocomunismo e a tese da Democracia Como Valor Universal.

Finalizando, temos o capítulo três - *As Estratégias Da Esquerda Brasileira: As Experiências Do PCB E Do PT*- dedico-me a abordar a história do Partido Comunista Brasileiro até o momento da criação da Estratégia Nacional e Democrática e em seguida analisar como o Partido dos Trabalhadores emerge no cenário nacional e constitui a Estratégia Democrática Popular.

Nas considerações finais, nos propomos a realizar um balanço do conjunto da pesquisa que aqui foi apresentado, e baseando-se nos conteúdos trabalhados no estudo, iremos trazer

um resgate do objeto da pesquisa de modo a tecer considerações que possibilitem trazer uma contribuição para o debate aqui tratado, obviamente sem nenhuma pretensão de esgotamento do tema.

Enfim, entendemos a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso como uma experiência bastante positiva e enriquecedora para minha formação profissional, haja visto que pode condensar meus conhecimentos adquiridos durante o processo da graduação. Além disso, em relação ao tema analisado, afirmamos que estudar a democracia é uma tarefa árdua, pois o debate em torno deste tema ainda anima discussões, principalmente na esquerda brasileira, contudo, se faz necessário e urgente, visto os tempos sombrios e de ameaças à democracia que assolam a sociedade brasileira.

## INTRODUÇÃO

A democracia liberal-burguesa historicamente experimentada no Brasil representa mediação indispensável para a caracterização da questão democrática contemporânea e suas relações com o exercício profissional de assistentes sociais comprometido com o projeto da profissão. A reflexão aponta para a necessidade de reconhecimento da democracia enquanto processo em disputa entre classes sociais, bem como para a defesa de um tipo de democracia incompatível com a ordem capitalista e sintonizada com o projeto atualmente hegemônico do Serviço Social. (MOREIRA,2019 p.530)

Nossa intenção em introduzir o tema em tela justifica-se em função de o debate em torno da democracia vir ganhando cada vez mais espaço na sociedade brasileira, não só por pesquisadores do tema, mas também no dia a dia dos brasileiros. Tal assunto é de interesse popular e vem sendo discutido nas mais diferentes esferas sociais, o motivo, deve-se a agitação política dos últimos anos que o Brasil vem enfrentando, desde o processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff até as recentes eleições de 2022.

Enfim, o tema da democracia, apesar de vir sendo estudado, em diferentes épocas e por muitos pesquisadores, ainda é um assunto que rende muitas discussões, sendo fruto de muitas polêmicas e discordâncias. Contudo, se faz extremamente relevante para a sociedade debater sobre o modelo democrático que queremos, já que, hoje, a maioria dos países de nosso globo vive sob a hegemonia do regime democrático liberal.

O primeiro entendimento da democracia no mundo ocidental<sup>1</sup> - é fruto do processo histórico social desdobrado ao longo do séc V a.C, mais precisamente, “[...] a criação do espaço público da política é o legado deixado pelos antigos gregos e romanos. Os primeiros inventaram a democracia direta; os segundos, a república” (CHAUÍ, 2019). A democracia manifesta-se então na sociedade ateniense<sup>2</sup> sendo de origem grega. Na linguagem, “demo” significa povo e “kracia” significa governo, podendo a palavra ser traduzida em “poder popular ou o governo do povo” (WOOD, 2020). Assim nascem assentam-se as bases para a democracia que conhecemos hoje, obviamente, que dadas as condições sócio-históricas daquela época, o que entendemos por democracia antiga é bem diferente da democracia

---

<sup>1</sup> Enfatizamos esta questão porque diversas outras experiências democráticas são observadas em outras partes do globo.

<sup>2</sup> “Para os atenienses democráticos, por outro lado, um dos princípios primordiais da democracia se sustentava na capacidade e no direito de tais pessoas de realizarem julgamentos políticos e de falarem sobre eles em assembléias públicas.” (WOOD, 2007,p. 421)

contemporânea<sup>3</sup>, contudo, apresentam algumas leves semelhanças, dentre elas a principal são seus dois pilares fundamentais:

A democracia é uma forma sociopolítica definida pelo princípio da isonomia (igualdade dos cidadãos perante a lei) e da isegoria (direito de todos de expor em público suas opiniões, vê-las discutidas, aceitas ou recusadas), tendo como base a afirmação de que todos são iguais porque livres, isto é, ninguém está sob o poder de um outro porque todos obedecem às mesmas leis das quais todos são autores (autores diretamente, numa democracia participativa; indiretamente, numa democracia representativa). (CHAUÍ, 2019, p. 11)

As experiências democráticas foram relegadas ao ostracismo com o fim das cidades-estados e da pax romana - período de paz e prosperidade que aconteceu de 27 a.C. até 180 d.C. e que marca a transição da República para o Império- após este período há uma série de conflitos envolvendo Roma que por fim termina com a queda do Império Romano e a tomada deste pelos povos bárbaros, inicia-se assim o que chamamos de Idade Média e a democracia desaparece do globo até o declínio do feudalismo e ascensão do capitalismo.

A ideia de democracia moderna desenvolve-se no século XVIII com a destituição das antigas monarquias e o estabelecimento de novos regimes políticos na maioria dos países.

Será preciso aguardar, de um lado, a Revolução Francesa, no final do século XVIII, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, para que ressurgissem a instituição republicana e os fundamentos da democracia, isto é, a igualdade e a liberdade. Será preciso, entretanto, aguardar o desenvolvimento do capitalismo industrial e a revolução industrial inglesa do século XIX, para que a ideologia burguesa do ser humano como indivíduo dotado de direitos civis, desse origem à democracia moderna como democracia liberal. (CHAUÍ, 2019, p. 9-10)

Nestes Estados modernos iniciam-se os primeiros germes do que viria a ser a democracia moderna, mas ela só se torna de fato hegemônica no século XX<sup>4</sup>. De tal maneira

---

<sup>3</sup> “ Destarte, é óbvio que a democracia nas sociedades capitalistas significa algo muito diferente do que foi originalmente –não simplesmente porque o significado da palavra mudou, mas sim porque também o fez o mapa social em sua totalidade. As relações sociais, a natureza do poder político e sua relação com o poder econômico, e a forma da propriedade mudaram. Agora é possível ter um novo tipo de democracia que está confinada a uma esfera puramente política e judicial –aquilo que alguns denominam democracia formal– sem destruir os alicerces do poder de classe.” (WOOD, 2007, 423 - 424)

<sup>4</sup> “Trata-se de uma evidência histórica o fato de o liberalismo, em boa parte de sua trajetória, ter se apresentado explicitamente como alternativa à democracia. Frações do pensamento dominante – desde o catolicismo ultramontano até os diferentes fascismos – mantiveram-se em oposição aberta à democracia moderna até recentemente. Observa-se uma alteração nesta composição no século XX. O enfraquecimento do fascismo como força atuante no cenário político mundial e a alteração tática da burguesia no enfrentamento aos processos de socialização do poder foram determinações sociopolíticas importantes para esta alteração”. (COUTINHO, 2009 apud MOREIRA, 2019, p. 533)

falar em democracia no contexto atual, é sempre falar de uma perspectiva em particular - a democracia liberal e tudo que a compõe: parlamentos, voto universal, constituições, separação de poderes e partidos políticos. Cabe ressaltar que, ainda que existam diferentes perspectivas sobre o conceito de democracia, um ponto é incontestável: a forma liberal da democracia se tornou hegemônica, sendo aplicada pela quase totalidade das nações mundiais.

Segundo COUTINHO(2009), a democracia nem sempre foi a forma de governo “preferida” da burguesia, pelo contrário a oposição a tal regime era perceptível, considerava-se a democracia uma forma perigosa, o temor era de que o poder concentrado nas mãos do povo se tornasse um caos. Estabelecer o sufrágio universal por exemplo foi um movimento muito embaraçado pelos liberais, que detinham um receio do poder popular vir a ser um impedimento para a ordem burguesa - “o liberalismo negava abertamente os postulados democráticos básicos, tais como a soberania popular, o sufrágio universal, etc.; apresentava-se não como um complemento, mas como uma alternativa à democracia” (COUTINHO, 2009, p. 3). Ainda o mesmo autor vai acrescentar:

O liberalismo, como corrente representativa da ascensão histórica da burguesia como nova classe social e de sua consolidação como classe dominante, nem sempre se apresentou como democrático. Os primeiros pensadores liberais do século XVII — como John Locke, por exemplo, que pode ser considerado o pai do liberalismo — não discutiam a questão democrática porque ela ainda não se apresentara na época histórica em que eles viveram. Ou seja, a tarefa que então se colocava às forças do progresso era o fim do Estado absolutista, a consolidação de uma ordem burguesa com uma superestrutura política de natureza liberal, na qual o poder fosse limitado pelos direitos individuais considerados como direitos naturais. (COUTINHO, 2009, p.1)

Somente a partir do final do século XIX é que a participação popular na política vai sofrer um significativo aumento com a conquista do voto universal na grande maioria dos países centrais, como ressalta COUTINHO (2009) há uma “socialização da política”, ou seja tem-se um processo de democratização da participação popular. Contudo, tal processo vai ser convertido por uma “alteração tática da burguesia” (MOREIRA, 2019). “A partir dos anos 1930, o liberalismo assumiu a democracia e passou a defendê-la, ainda que não sem antes minimizá-la, empobrecendo suas determinações, concebendo-a de modo claramente redutivo” (COUTINHO, 2019, p.1).

A democracia liberal se apropria do principal instrumento que a classe trabalhadora tem de participação na política, ainda segundo (COUTINHO,2009, p. 9), há uma tendência do “Estado burguês se tornar um Estado bonapartista”, deste modo o Estado não instaura um regime autoritário, em verdade, todo o processo é feito nos moldes democráticos, há um líder

que se apresenta de forma carismática ao ponto de conquistar o voto das massas e que vai representar uma figura de “árbitro entre as classes sociais”. Na verdade, tal figura é apenas simbólica, porque ele ainda age em favor da burguesia, mas é escolhido através do povo e dessa forma legitima a democracia liberal e os interesses da classe dominante.

Por meio desta tendência bonapartista, o sufrágio universal deixa de ser uma arma potencial de emancipação da classe trabalhadora e se converte num instrumento de legitimação de chefes carismáticos que, dizendo falar em nome do povo na verdade representam os interesses de quem pretende conservar a ordem capitalista. (COUTINHO, 2009, p. 5)

WOOD (2011) vai resgatar as principais diferenças entre a democracia grega clássica e a democracia liberal burguesa, demonstrando que o conceito de “poder do povo ou governo do povo” teve seu conteúdo esvaziado nas democracias modernas, para sustentar o poder concentrado nas mãos da burguesia. E esse processo não vai se utilizar de meios ditatoriais, tudo será legalizado e formalizado seguindo os moldes constitucionais. Segundo a autora, na democracia moderna, exploração socioeconômica e desigualdade andam juntas e em paralelo com a liberdade e as igualdades civis. Ainda com as palavras dela:

A conquista da democracia formal e do sufrágio universal certamente representou um enorme avanço histórico, mas no final o capitalismo ofereceu uma nova solução para o velho problema de governantes e produtores. Já não era mais necessário corporificar a divisão entre privilégio e trabalho numa divisão política entre os governantes apropriadores e os súditos trabalhadores, uma vez que a democracia poderia ser confinada a uma esfera “política” formalmente separada, enquanto a “economia” seguia regras próprias. (WOOD, 2011, p. 173-174)

Podemos dizer então que a democracia não é um conceito próprio da burguesia, mas que ela vai se apropriar da democracia para subsidiar os processos de acumulação de capital, esvaziando os fundamentos da democracia antiga e os transformando na democracia moderna, dessa forma, ela passa a ser pura e simplesmente formal.

“Democracia passa a ser, assim, o cumprimento de alguns procedimentos formais — as famosas regras do jogo —, sendo o principal deles a existência de eleições periódicas, nas quais o povo (de resto, segundo estes liberais, sem muita consciência do que está fazendo) escolhe entre elites”. (COUTINHO, 2009, p.6).

WOOD (2011) vai ser assertiva quando aponta:

A separação da condição cívica da situação de classe nas sociedades capitalistas tem, assim, dois lados: de um, o direito de cidadania não é determinado por posição socioeconômica – e, neste sentido, o capitalismo coexiste com a democracia formal –, de outro, a igualdade cívica não afeta diretamente a desigualdade de classe, e a

democracia formal deixa fundamentalmente intacta a exploração de classe. (WOOD, 2011, p. 173)

A democracia burguesa vai estar calcada na emancipação política, mas jamais na emancipação humana, ela não se permite atingir as esferas econômicas e sociais, limitando-se a uma democracia que segundo Lukács (apud MOREIRA, 2019) garante formalmente a liberdade e igualdade para todos os cidadãos, porém no plano socioeconômico capitalista essas duas categorias não se realizam estando condicionadas ao capital.

[...] o trabalhador assalariado sem propriedade só pode desfrutar no capitalismo da liberdade e da igualdade jurídicas, e até mesmo de todos os direitos políticos de um sistema de sufrágio universal, desde que não retire do capital o seu poder de apropriação. É aqui que encontramos a maior diferença entre a condição do trabalho na antiga democracia ateniense e no capitalismo moderno (WOOD, 2011, p.173)

Dentro deste sistema, o Estado e todas as instituições que o constituem são peças fundamentais para legitimar e manter a ordem social capitalista, “ apesar de as instituições políticas e jurídicas existirem independentemente das relações de produção, as relações de produção em si tomam a forma de relações jurídicas e políticas particulares.” (MOREIRA, 2019,p.535)

Usando as palavras de WOOD (2011), podemos afirmar que a democracia liberal só se torna possível por meio das relações sociais de produção do modo capitalista, transformando o conceito de democracia e reduzindo-a ao liberalismo.

Para (COUTINHO, 2009, p. 6) “ [...] a disputa ideológica hodierna não tem tanto como objeto a oposição explícita entre democracia e antidemocracia, como ocorria até meados do século XX, mas sim a oposição entre diferentes conceitos de democracia.” Como o próprio título do texto de Carlos Nelson Coutinho diz, a democracia é um “conceito em disputa” e temos que definir qual perspectiva de democracia adotamos para realizar nossas análises do que é uma sociedade democrática de fato.

Assim sendo, iremos discutir nos próximos capítulos deste estudo como se constitui a democracia no Brasil, apresentando a formação social brasileira com o enfoque no processo de desenvolvimento da democracia e das tensões e limites que esta encontra ao longo do processo histórico-social brasileiro. Consideramos essencial analisar e entender o modelo e de democracia que se desenvolve em nosso país porque muito dos nossos problemas atuais, inclusive o momento caótico que atravessa o Brasil, onde a democracia é fortemente atacada, são frutos da constituição de uma cultura antidemocrática e excludente propiciada pelo modo

particular de capitalismo que se constrói no Brasil. É importante ter como horizonte a democracia que gostaríamos de construir e os limites da democracia atual.

Justifica-se tal estudo pela relevância que o debate apresenta; parece-nos de grande importância analisar a questão democrática, tanto para nós enquanto profissionais de Serviço Social, visto que nosso projeto profissional também conhecido como Projeto Ético-Político tem a defesa da democracia como uma questão central, logo necessitamos compreender e analisar qual o modelo de democracia que almejamos e qual estamos vivenciando. Também, vale ressaltar que a democracia aparece como um princípio do Código de Ética de 93 que em seu IV princípio declara - “Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (BRASIL, 2012), portanto a categoria democracia ainda que não seja objeto de estudo específico do Serviço Social, atravessa a história da profissão e seu fazer profissional. Ademais, cumpre mencionar, que a importância de estudar a democracia no momento atual extrapola o Serviço Social, diante do cenário político-social que vivenciamos no Brasil - momento de ameaças direta à democracia, acredito que tal temática seja de interesse de toda a sociedade.



## **1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DA DEMOCRACIA NO BRASIL**

As revoluções que começaram ainda no séc XVIII, e deram início a toda uma transformação social cultural e econômica no mundo ocidental, irão estabelecer um novo modo de vida, que só alcançaria o Brasil no fim do séc XIX. Enquanto os países centrais, já tinham passado por revoluções industriais, adentrado o imperialismo, vivenciado experiências como o iluminismo e estabelecendo seus regimes Republicanos, o Brasil ainda era uma colônia de Portugal, com mão -de- obra escrava e com a economia baseada na monocultura exportadora; assim, só nos definimos enquanto um país capitalista de fato, no séc XX, após o término do regime escravocrata, passado o processo de Independência e depois com o estabelecimento da Primeira República, que foi concebida por um golpe militar.

É a partir deste período republicano, que iremos concentrar as análises que serão desenvolvidas neste capítulo. Apesar de não ser o objetivo principal deste Trabalho, iremos revisitar alguns aspectos da formação social brasileira, o que acredito ser fundamental para entender os dias atuais. Cumpre mencionar também, que os caminhos políticos e econômico que se desenrolam ao longo da história brasileira demarcam a evolução do país até a conjuntura presente, como cita PRADO JÚNIOR (2012):

Quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imagina existirem nos nossos dias apenas em livros de história, e se atentar um pouco para eles, verá que traduzem fatos profundos e não são apenas reminiscências anacrônicas. Mas não é somente isto. Os problemas brasileiros de hoje, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos atrás. E é da solução de muitos deles, para os quais nem sempre nos atentamos devidamente, que depende a de outros em que hoje nos esforçamos inutilmente (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 8).

Com a invasão de Portugal no Brasil se estabelece aqui uma colônia de exploração, com mão-de-obra escrava - dos negros traficados de África - que eram forçados a trabalhar nas grandes lavouras monocultoras que produziam produtos para exportação. Já neste período, observamos algumas características bem definidas da sociedade brasileira que vão se estender até hoje, a questão da exportação de produtos de base agrária, o lugar subalterno do negro na sociedade, e a subordinação ao capital central. Segundo MOURA (1994), todo o contexto social, econômico e étnico observados no período colonial, engendram numa sociedade capitalista que vai ser estruturada e dinamizada perpetuando as mesmas condições do passado.

Ainda o mesmo autor vai explicitar que é por meio dessa dinâmica que a cidadania é retirada de muitos grupos sociais, inclusive o direito ao voto, o fundamento base da democracia moderna, só foi de fato conquistado no Brasil plenamente com a Constituição Federal de 1998.

Em 1964, seguiu-se um período de duas décadas de ditadura militar no país, quando, entre inúmeras restrições de direitos, o voto também foi afetado. O brasileiro somente voltaria a eleger diretamente um presidente em 1989. Durante o regime militar, por vezes, se permitiu a eleição para cargos proporcionais, prefeito ou governador, mas dentro de um sistema bastante restrito e conturbado. Em 1985, após a frustração das Diretas Já, finalmente o país conquistou na lei o voto direto para presidente. A partir de então, analfabetos e maiores de 16 anos também passaram a ter o direito de participar das eleições. A Constituição de 1988 abriu a possibilidade do voto a detentos, o que foi viabilizado em 2010. (BRASIL s/n)

Toda essa lógica colonial permeou por muito tempo na sociedade brasileira, até os episódios que ocorreram no século XIX, com a Independência, abolição do sistema escravista, proclamação da República e Assembleia Constituinte que aconteceram entre os anos de 1882-1891.

Um entendimento importante para se entender a formação do Estado nacional brasileiro é trazido por MAZZEO (2015), sobre o processo de Independência brasileira, onde ele vai nos falar sobre como essa transição para uma sociedade moderna, vai ser feita por um “arranjo político” onde o objetivo é conciliar as velhas estruturas do sistema colonial com as novas exigências da sociedade capitalista, de forma que a nossa burguesia, de nada vai ter de revolucionária.

Portanto, estamos diante de uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador e que, além do mais, tendia a circunscrever a modernização ao âmbito empresarial e às condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico. Saía desses limites, mas como meio – não como um fim – para demonstrar sua civilidade. Nunca para empolgar os destinos da nação como um todo, para revolucioná-la de alto a baixo [...]. [Somado a isso,] a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal ou formal, mas eram socialmente inoperantes). (FERNANDES, 2005 apud MOREIRA, 2019, p. 539- 540, grifo do autor)

Assim, a nossa revolução burguesa é consolidada por uma transição passiva, conforme define Chasin (1980)<sup>5</sup>, esse processo não se dá pela via clássica, mas sim pela via

---

<sup>5</sup> “A particularidade da via colonial, [...] engendra uma burguesia que não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou o faz de um modo demasiado débil, conformando-se, assim, em permanecer nas condições de independência neo-colonial ou de subordinação estrutural ao imperialismo. Em outros termos, as burguesias que se objetivaram pela via colonial não realizam sequer suas tarefas econômicas, ao contrário da verdadeira burguesia prussiana, que deixa apenas, como indica Engels, de realizar suas tarefas políticas. De modo que, se para a perspectiva de ambas, de fato, é completamente estranha à efetivação de um regime político

prussiano-colonial, ou seja, sem um ato revolucionário, sem uma independência econômica (continuamos subordinados ao imperialismo ou/ e neo-coloniais). Essa passagem de uma sociedade colonial para uma sociedade capitalista é feita por um pacto conciliatório, através de uma transição “pelo alto”, por uma modernização conservadora e pela elite agrária, o que enfatiza o caráter conservador e autoritário do Estado brasileiro.

Segundo PRADO JÚNIOR (2012) a República foi instituída por um golpe militar, e nesse primeiro período da República Velha, ou República da Espada, como é popularmente conhecido, marca-se a adesão do Brasil ao regime Republicano “democrático”. Entretanto, neste momento inicial, chegou-se ao consenso de que os militares conduzissem o poder para que se estabelecesse um governo forte, já que temia-se a formação e um contra-golpe monárquico, logo, forma-se então um Governo Provisório, que foi chefiado por Deodoro da Fonseca. A duração deste governo permaneceu até ser promulgada uma nova Constituição brasileira, na data de 24 de fevereiro de 1891, somente então foi promulgada a primeira Constituição Republicana e Deodoro foi eleito o primeiro presidente do Brasil, pelo Congresso.

Mas a grande transformação política e administrativa que operou não se estabilizará e normalizará senão depois de muitos anos de lutas e agitações. Do império unitário o Brasil passou bruscamente com a República para uma federação largamente descentralizada que entregou às antigas províncias, agora Estados, uma considerável autonomia administrativa, financeira e até política. Além disto, o caráter nitidamente militar do golpe republicano de 15 de novembro de 1889 introduziu na política do país um novo elemento que antes não figurara nela senão muito discretamente: a espada. Ele representará daí por diante um papel de grande relevo. O militar político tornar-se-á um dos personagens centrais do novo regime, e o apelo às armas se faz, em consequência, freqüente. Isto se verifica logo nos primeiros anos da República em que à agitação política se acrescentam golpes de força e a guerra civil que desencadeada em 1893, lavrará até 1895. (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 163).

O Marechal não governaria o país por muito tempo, a forte oposição que sofria, fez o mesmo dissolver o Congresso Nacional, que já organiza um contragolpe e o fez renunciar e entregar o poder para seu vice, Floriano Peixoto. O mesmo determinou que a dissolução do Congresso fosse suspensa, e não cumpriu o que determinava a constituição, que garantia a convocação de novas eleições e assim seguiu como presidente do Brasil até 1894. Conhecido

---

democrático-liberal, por outro lado, a burguesia prussiana realiza um caminho econômico autônomo, centrado e dinamizado pelos seus próprios interesses, enquanto a burguesia produzida pela via colonial tende a não romper sua subordinação, permanecendo atrelada aos pólos hegemônicos das economias centrais. Em síntese, a burguesia prussiana é antidemocrática, porém autônoma, enquanto a burguesia colonial, além da antidemocrática, é caudatária, sendo incapaz, por iniciativa e força próprias, de romper com a subordinação ao imperialismo.” (Chasin, 1980, p.128-129).

por governar pela força, recebeu o apelido de “Marechal de Ferro”, já demonstrando uma característica marcante do Estado brasileiro, o uso da violência, como forma de governança.

A república velha foi o início do processo da constituição da democracia liberal no Brasil, e já em seu início fica nítido algumas características deste regime, primeiramente, a derrubada da monarquia por um grupo militar demarca o quanto essa classe vai interferir nas decisões políticas do país. Em segundo lugar, apesar da formulação da Constituição de 1891 que transforma o Brasil numa República Federativa, estabelece a divisão de três poderes e do voto universal masculino e não secreto, excluí-se vários segmentos sociais do processo eleitoral como: mulheres, analfabetos, mendigos, menores de 21 anos, padres e soldados, ou seja, pouquíssimas pessoas votavam no Brasil, concentrando esse poder decisório nas mãos dos homens, burgueses e brancos, mantendo ainda um regime excludente, uma forte característica da democracia burguesa brasileira.

Dessa forma a democracia no Brasil se apresenta através do conceito de uma democracia restrita - “herdada do passado e repaginada no presente” (MOREIRA, 2019, p. 540), ou seja, ela não é ampliada, é uma democracia para as classes dominantes.

Trata-se de uma democracia restrita que beneficia as classes possuidoras. Instaura-se um tipo peculiar de dominância burguesa, em que as classe privilegiadas resistem às opressões igualitárias das classes subalternas, negando-se aos impulsos nacionais integrativos. De acordo com Florestan(1976:302), resulta daí "despotismo burguês e uma clara separação entre sociedade civil e Nação". (FERNANDES, 1996 apud SILVANA, 1999, p. 112.)

O segundo período da 1ª República é chamado de República Oligárquica, como o nome já diz, esse período que foi de 1894 a 1930 foi dominado pelo poder das elites oligárquicas de Minas Gerais e São Paulo. A República Oligárquica tem como característica principal a centralização do poder e a aliança conhecida como política do “café com leite”, a economia cafeeira e as relações entre os grandes proprietários e terra era a base desta política. Assim, havia um revezamento entre os presidentes do Partido Republicano Paulista e Mineiro e eles estabeleciam uma dinâmica de cooperação.

Na Primeira República (1889-1930), a burguesia não empreendeu uma revolução democrática de cunho nacional. Ao contrário, manteve a mesma situação do Império, em que conviviam “duas Nações”. Entre as frações da burguesia valia o Estado representativo, enquanto ao restante dos quatro quintos da Nação prevalecem formas autocráticas de poder. (FERNANDES, 1976 apud SILVANA, 1999, p.116)

Segundo MARINI (2013) a história política do Brasil, apresenta no século XX duas fases bem caracterizadas, a primeira que vai de 1922 - 1937 e a segunda que vai de 1937 a

1945 que é o Estado Novo. A primeira fase é marcada por agitação social, rebeliões, e uma revolução, a de 1930, suas causas, são: a industrialização a partir da década de 1919, devido a guerra de 1914, que leva o Brasil a fazer um esforço para realizar a substituição de importações alavancando a indústria; e a crise mundial de 1929, que também foi um fator o qual impulsionou a indústria já que os níveis de importações estavam baixos .

A revolução de 30 não passou de um arranjo no poder entre a oligarquia agrária tradicional e a oligarquia moderna - comercial, financeira e industrial - cedendo ao radicalismo das camadas médias. Esta revolução ditou as soluções do conflito que iriam prevalecer a partir de uma forma conservadora de dominação burguesa, selecionando a luta de classes e a repressão do proletariado. (FERNANDES, 1976 apud SILVANA, 1999, p.116)

A Primeira República então chega ao seu fim em 1930 devido a dois fatores que causaram uma crise econômica no Brasil, o primeiro fator está diretamente ligado a 1ª Guerra Mundial e o encolhimento da demanda por café (principal produto de exportação brasileiro), e a Crise de 1929 que cessa de vez a importação de café brasileiro. Como o Estado não visava um modelo de plantio diversificado, mas sim monocultor, e a demanda por o único tipo de produto que era produzido chega ao seu fim, o Brasil entra numa grave crise econômica que impactou também o governo, abalando a política do “café com leite”.

Com o fim desse período, inicia-se uma nova fase no Brasil, as eleições presidenciais elegem Júlio Prestes para a presidência, porém o mesmo não tomou posse, sendo impedido pela Aliança Liberal que alegava fraude nas eleições, assim Getúlio Vargas chega ao poder, dando início a uma das fases políticas mais marcantes da história do nosso país.

Segundo SANTOS (2008) o primeiro governo de Vargas, chamado de Governo Provisório, teve o objetivo de reestruturar a organização política do país. Assim, Vargas toma uma série de medidas que vão centralizar o poder. Após a posse do presidente, o executivo detinha plenos poderes, se dissolve o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas e Federais, retira os cargos políticos eleitos durante a 1ª República, substitui os presidentes dos estados por interventores, e censura-se a imprensa de oposição.

Apesar das medidas autoritárias de Vargas, o que nada agradavam as elites oligárquicas, o presidente soube administrar bem os diferentes interesses políticos no país, se deu lado ele protegeu a cafeicultura e assegurou o apoio das elites agrárias paulistas, de outro lado ele também induz o processo de industrialização e cria uma série de direitos para a classe trabalhadora.

Com a necessidade de novas eleições, Vargas, instituiu em 1932, um Código Eleitoral que introduziu o voto secreto (marco importante para pôr fim ao voto de cabresto, prática muito utilizada na república velha), voto feminino, deputados classistas (eleitos pelos sindicatos, prática que demonstra como Vargas foi um presidente populista) e a justiça eleitoral. Já em 1933, tem-se a instauração da Assembléia Constituinte e em 1934 uma nova Constituição, logo após isso tem-se a eleição de Vargas através de eleições indiretas pelo Congresso, sem direito a reeleição, inicia-se então, o governo constitucional varguista, onde segundo o mesmo, seus esforços seriam voltados para o bom funcionamento do país. Podemos definir o governo de Vargas, Segundo SANTOS (2008) o governo Varguista toma a decisão de centralizar seu governo e tal feito é crucial para a “revolução burguesa”, já que isto implicou uma série de mudanças econômicas e políticas, através do populismo varguista, que também cria medidas de legislação social e trabalhista, faz alianças políticas e proporciona o crescimento das atividades econômicas através de um protecionismo estatal.

Contudo, apesar de muitas manobras, Vargas não conseguiu um apoio hegemônico, sua política centralizadora causava uma sensação de ameaça à democracia e a parcela de oposição ao seu governo aumentava, o que levou-o a recorrer a um discurso que vai se tornar muito comum no Brasil em situações de crise política, o fantasma da ameaça comunista é na verdade uma cortina que esconde os verdadeiros interesses políticos e uma forma de manter o domínio e poder, descaracterizando a luta política. Sob tal pretexto, Vargas retira a autonomia do Legislativo, e dá poder às forças de segurança, pondo em xeque a democracia liberal e o regime constitucional.

As transformações operadas na estrutura econômica nesse período se expressam, socialmente, no surgimento de uma nova classe média, - isto é, de uma burguesia industrial diretamente vinculada ao mercado interno - e de um novo proletariado, que passam a pressionar os antigos grupos dominantes para obter um lugar próprio na sociedade política. O resultado das lutas desencadeadas por esse conflito, é, por intermédio da Revolução de 1930, um compromisso - o Estado Novo de 1937, sob a ditadura de Getúlio Vargas - através do qual a burguesia se estabiliza no poder, em associação aos latifundiários e aos velhos grupos comerciantes, ao mesmo tempo em que estabelece um esquema particular de relações com o proletariado.(MARINI, 2013, p.75)

Vale enfatizar aqui, o uso da recorrência às forças armadas, mais uma vez, para que se ponha em percurso um golpe e a instauração de um regime autoritário. Sendo assim, em 1937, Vargas cancelou as eleições de 1938 e iniciou um governo ditatorial, que ficou conhecido como Estado Novo, esta é a segunda fase da história política do Brasil no século XX segundo (MARINI, 2013).

Dentre as medidas deste governo estavam: a censura, o fechamento do Congresso, das Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais, partidos políticos se tornaram ilegais, sindicatos passaram a ser controlados pelo Estado. Enfim, até 1945 o Brasil vive sob este governo, quando o Estado Novo se enfraquece, devido a entrada brasileira na Segunda Guerra Mundial e pela pressão popular, por fim, Getúlio, é deposto pelos militares.

Após a queda do Estado Novo, em 1945, Dutra é eleito presidente e se inicia mais uma fase da República em nosso país. Em 1946, temos a promulgação da quinta Constituição brasileira, que é de fato um pouco mais democrática, já que estabelecia o voto secreto e universal (não tão universal assim, porque analfabetos ainda não poderiam votar), delimita os três poderes (executivo, legislativo e judiciário), contudo ainda que avançando em alguns aspectos, em outros essa constituição se mantinha conservadora, por exemplo, restringindo o direito à greve. Em síntese, o governo Dutra, foi caracterizado pelo investimento na industrialização e pela construção do projeto burguês, contudo, faltava uma base de apoio ao governante, e isso marca a quarta república que tem uma grande alternância de presidentes.

Neste cenário político brasileiro, haviam dois projetos em disputa: um projeto liberal e um nacionalista. O primeiro, visava o crescimento industrial e acreditava que a forma para isso acontecer era através do capital internacional; o segundo, visava o crescimento econômico autônomo brasileiro, através do próprio capital nacional. Como o capital nacional era insuficiente, teve-se que recorrer ao Estado para financiar esse desenvolvimento. Cabia pensar, quem iria colocar um desses projetos em desenvolvimento, faltava uma figura que pudesse condensar os diferentes interesses e ter uma larga base de apoio, é assentado neste projeto nacional e nesse terreno de divergências políticas que Vargas, viu a oportunidade de voltar ao poder, assim lança sua candidatura em 1949.

O capitalismo monopolista - associação entre capital financeiro e externo - torna-se um fenômeno mundial a partir dos anos 50. Sua característica principal é a ênfase no “desenvolvimento com segurança”, relegando a segundo plano os “resquícios igualitários, democráticos e cívicos-humanitários de ordem social competitiva” (Fernandes, 1976: 254). Nos países periféricos a transição para essa forma de desenvolvimento capitalista torna-se ainda mais selvagem, impedindo, segundo FLORESTAN (1975:254), “qualquer conciliação concreta, aparentemente a curto e a longo prazo, entre democracia, capitalismo e autodeterminação”. Não se pode ignorar o valor estratégico que assumiu o Estado no desenvolvimento capitalista na periferia. Neste caso, a revolução burguesa foi um fenômeno de natureza política, em que as estruturas de poder estatal foram instrumentalizadas em favor dos interesses burgueses dominantes. sob o capitalismo monopolista, em razão da alta exigência de estabilidade política, a concentração do poder político estatal torna-se ainda mais importante (Fernandes, 1975: 267). Diante disso, impõe a seguinte questão: como tal atestado pode conseguir o apoio das classes subalternas? De acordo com a afirmação de Florestan (1976:271), este Estado “se associa, em sua explosão, a práticas econômicas e políticas tão iníquas, antidemocráticas e desumanas, que desaparecerá,

para as massas, como o paraíso dos ricos, dos poderosos e dos privilegiados” (FERNANDES, apud, SILVANA, 1999, p.118)

Num momento em que o sistema político estava institucionalizado, que as práticas clientelistas e o apoio das elites oligárquicas já não era o suficiente para ser eleito, os candidatos necessitam de apoio popular, é por isso que Getúlio Vargas, apesar de todo seu passado, conseguiu se eleger novamente em 1951. Vargas não conseguiu avançar muito com seu projeto nacional-desenvolvimentista, e assim foi perdendo seu apoio e vendo mais um golpe tomar forma, ele se suicida e Café Filho o vice, em 1954 e sua rápida passagem pela presidência é apenas para preparar a sucessão.

Com pequenas mudanças e apesar da destituição da ditadura de Vargas em 1945, este compromisso político, este contrato social - se é que se pode chamar assim- mantém-se estável até 1950. Começa então um novo período de acirradas lutas políticas - cujo primeiro fruto é, em 1954, com o suicídio de Vargas ( que regressara ao poder através de eleições) - e que conduzirão o país, em dez anos tormentosos, ao golpe militar. (MARINI, 2013,p. 75)

Juscelino Kubitschek (JK) será então o próximo presidente do Brasil, depois da burguesia se ver num beco sem saída. Segundo Marini:

É evidente que esse acordo não foi assinado enquanto se tomava um cafezinho. Em novembro de 1955, após uma tentativa da direita para ficar sozinha no poder, verificou-se aquele que foi chamado, com eufemismo, de ‘contragolpe de 11 de novembro’. (MARINI,2013, p.81).

Conhecido pela sua campanha que dizia desenvolver o Brasil em 5 anos o equivalente a 50 anos de progresso, e, em parte, seu projeto nacionalista associado ao capital estrangeiro, o governo de JK rendeu um alto desenvolvimento industrial (SANTOS 2008). O Plano de Metas fez do governo de JK um sucesso. Atribui ao Estado a tarefa de viabilizar uma agenda de crescimento econômico acelerado, aprofundou o processo de industrialização e privilegiou o setor industrial de bens de consumo duráveis, alterando os hábitos e o cotidiano da população, que passou a consumir muitos novos produtos. Contudo, a estabilização da economia não aconteceu, e a balança comercial estava deficitária, conforme descreve Marini:

[...] ao redor de 1960, diminuiu-se a entrada de capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que, passado o período de maturação dos investimentos, os grupos internacionais voltaram a pressionar a balança de pagamentos para exportar seus lucros. Neste momento- grave sobretudo devido a tendência a queda dos preços de exportação - a expansão industrial brasileira se veria contida de duas maneiras: externamente, pela



crise da balança de pagamentos - que não deixa outras alternativas que não desvalorizar a moeda, dificultando ainda mais as importações essenciais, ou conter a exportação dos lucros e ampliar o mercado internacional para os produtos brasileiros; e internamente, pelo esgotamento do mercado para os produtos industriais, que só poderia ser ampliado através da reforma da estrutura agrária. Fundamenta-se assim, do ponto de vista da burguesia industrial, o binômio política externa independente e reforma agrária, que dominaram o debate político a partir de 1960. (MARINI, 2013, p. 85 -86)

Em 1960 realizam-se novas eleições e quem assume a presidência é Jânio Quadros, com o discurso de varrer a corrupção, e rapidamente se mostrou inapto para o cargo. A forma de seu governo não atende os eleitores e em pouco tempo de governo mostra-se incapaz de administrar um governo que conformasse os interesses de esquerda e de direita. (SANTOS, 2008) e assim ele renuncia.

Sua renúncia foi considerada como uma tentativa de comoção nacional, para que pudesse voltar ao poder de forma triunfante, contudo ele superestimou seu valor diante do povo e subestimou a capacidade de organização e interferência dos militares. Com a renúncia de Quadros, quem deveria assumir a presidência era o vice João Goulart, porém Jango era considerado pelos militares e empresários como um político com “interesses comunistas”, logo, a outra solução seria impedir sua posse através de um golpe, assim, os militares estavam divididos entre essas duas alternativas.

Após uma tentativa fracassada dos ministros militares de Jânio para submeter o país a tutela militar- anunciando o que ocorreria em 1964 - e graças sobretudo a resistência feita pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, o vice-presidente João Goulart assumiu por fim a presidência, ainda que no marco de um compromisso que substituiu o regime presidencial pelo regime parlamentarista. (MARINI, 2013, p. 96)

Foi com a opção da adoção do modelo parlamentarista, onde Jango não concentraria todo o poder decisório em mãos, que Goulart assumiu a presidência. Mesmo que infeliz com a ideia do parlamentarismo, o governo de João Goulart foi o mais progressista que se teve na história do Brasil até aquele momento.

Segundo Marini:

A força de Goulart no movimento sindical levou a burguesia a ter esperanças de conter este movimento e utilizar o presidente em seu propósito de constituir um governo forte, capaz de atacar dois fatores determinantes da crise econômica - o setor externo e a questão agrária- abrindo assim novas perspectivas de expansão para a economia. (MARINI, 2013, p. 97)

As chamadas “reformas de base” junto com o Plano Trienal objetivavam combater a inflação e retomar o desenvolvimento econômico, além disso sinalizavam a necessidade de uma reforma agrária, financeira, tributária e administrativa. Conforme explica MARINI (2013), a tarefa mais importante deste governo era resolver a situação econômica, na qual sua deterioração se mostrava em dois fatores: a diminuição da taxa de crescimento do produto nacional que passou de 7,7% em 1961 para 5,5% em 1962; e na elevação da taxa da inflação de 37 para 51%.

Claramente, Jango se mostrava um político “mais à esquerda”. O que ressurgia, assim, no cenário político brasileiro, era uma forma de Frente Popular que Vargas havia tentado, sem se atrever a concretizá-la, e que se converteu posteriormente em uma orientação estratégica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) segundo MARINI (2013). Com seus discursos nacionalistas que desagradou a classe dominante e conservadora, se une então para formar uma oposição ao governo de João Goulart, usando mais uma vez o discurso da “ameaça comunista”. Os militares aliados à classe média urbana e às elites, formam o grupo que vai conduzir o golpe.

Fica explícito que o golpe que ocorreu em 1964 não é fruto apenas de uma intervenção externa, os militares estavam respaldados pela pequena burguesia e isso se expressa na Marcha da Família que aconteceu em 2 de abril de 1964. O acirramento das tensões e contradições que vinham se somando desde o pequeno ensaio do golpe em 1961, se tornaram insustentáveis, é por isso que ainda no dia 2 de abril, Goulart, institui um governo provisório ainda que ilegítimo e que mesmo assim é reconhecido pelos EUA, apenas sete dias depois as forças armadas tomaram o poder e suspenderam a Constituição. Mais uma vez a nação brasileira era regida por um governo ditatorial, provando o quanto nossa democracia ainda é frágil e não está totalmente assegurada.

O desfecho encontrado no Golpe de 1964 foi a solução política que a força impôs: a força bateu o campo da democracia, estabelecendo um pacto contrarrevolucionário, inaugurando o padrão articulado da dominação burguesa. Seu significado político e econômico imediato foi a derrota das forças democráticas, nacionais e populares (PAULO NETTO, 2005, p. 25).

A abertura democrática pós-ditadura militar representa um novo horizonte para a classe trabalhadora, como nos escreve MOREIRA (2019, p.543), tendo em vista o surgimento de um novo “cenário marcado por uma evolução na democratização política e pela ampliação das lutas sociais”. Ao mesmo tempo que vemos um avanço - a Constituição de 1988 é uma

boa representação disso - vislumbramos também a chegada no neoliberalismo que muda e abala todos os ganhos sociais que vinham sendo conquistados.

O arcabouço político-ideológico elaborado pela intelectualidade orgânica liberal traz no seu fundamento “[...] uma argumentação que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia” (NETTO, 2017, p. 47). Dentro dessa lógica e excetuando os regimes ditatoriais, o neoliberalismo é, por excelência, o modo de organização político-econômico mais estéril do capital para o êxito das lutas sociais por direitos e ampliação da participação política (MOREIRA, 2019, p. 245).

Em síntese, mesmo uma análise breve da trajetória histórica da democracia em nossa formação social brasileira demonstra que a democracia tende a ser bem frágil no Brasil. Desde a instauração da Primeira República até os dias atuais com Bolsonaro, vemos a democracia em constante ameaça, isso é percebido na nossa história política e social em que não se observa a construção de um país efetivamente democrático, o que deriva de três fatores: nossos resquícios coloniais - vide toda uma população escravizada, que foi excluída de exercer sua cidadania e nem sequer foi considerada cidadã - somada a forma como a classe burguesa se constituiu no Brasil - através de uma modernização conservadora, sem adotar todo o conteúdo político do liberalismo e de caráter extremamente conservador - por fim, a estrutura fundiária arcaica e o capitalismo periférico dependente que resulta nesse Estado nacional de cultura democrática pífia. Usando o conceito de “democracia restrita” cunhado por Florestan Fernandes e apresentado no início desta exposição, podemos concluir:

A burguesia perdeu a oportunidade histórica de realizar a revolução democrática sob sua direção. Ao optar pela dupla articulação com os setores externos e agrários fez da democracia possível uma democracia de iguais. Não vacilou em apoiar a ditadura e sua transformação gradual e controlada. A revolução democrática só poderá vir dos de baixo, do conjunto da população humilhada, excluída, dos despossuídos e explorados. “Por ironia da história, as classes trabalhadoras e não as classes burguesas irão conduzir a dinamização e a consolidação da democracia burguesa” (Fernandes, 1980: 66) Tal democracia se refere a uma forma democrática de participar ampliada - abortada pelo espírito autocrático burguês. (FERNANDES, 1970 apud SILVANA, 1999, p. 122)

Enfim a democracia no Brasil se constitui enquanto uma “democracia restrita” que é ainda mais excludente, autoritária e frágil que a democracia puramente liberal de fato, isso deve-se a nossa conformação social e a forma como a burguesia brasileira conduz o processo de democratização da sociedade sem aderir todos os preceitos liberais.

No próximo capítulo iremos trazer como a democracia se tornou uma possível via para a conquista do socialismo, e abordar a tese de Carlos Nelson Coutinho sobre a “Democracia como Valor Universal”, demonstrando que existe uma corrente teórico-política que acredita que a democracia não é puramente liberal-burguesa e que apesar da sua constituição dessa forma na sociedade brasileira, é possível que através de um processo de democratização “radicalizado” se construa uma democracia do proletariado.

## **2. A DEMOCRACIA COMO ESTRATÉGIA PARA O SOCIALISMO**

A partir da metade do século XIX e no decorrer do século XX, emerge a discussão em torno da relação da democracia com o socialismo. Tal debate rendeu muitas polêmicas, animadas pelas diferentes concepções que os estudiosos do tema tem, o fato é que independente das visões diferenciadas, as correntes que defendiam a democracia como possibilidade para a construção do socialismo ganharam força e influenciaram os partidos de esquerda mundo afora.

### **2.1 Sobre o Eurocomunismo**

Entre o fim do Estado Novo no Brasil em 1946 e o início da ditadura civil-militar em 1964 ocorreu um período de significativos avanços “[...] no nível de organização e democratização obtido pelas diversas instituições da sociedade civil” (NICOLIS, 2006, p. 84). Contudo, tais avanços foram rapidamente barrados pelo Estado autocrático burguês instaurado pelo golpe militar em 1964, que tratou de “bloquear o processo político e destruir as conquistas democráticas” (IANNI apud NICOLIS, 2006, p.85).

Segundo NICOLIS (2006, p. 85), o golpe de 1964 que deu início à ditadura civil-militar se configurou “um instrumento utilizado pelas classes e frações dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente”. A adoção desse regime antidemocrático foi justificado através da ameaça comunista e da necessidade de garantir a segurança nacional, mas na verdade consistia na manutenção da ordem burguesa assegurando o poder da classe dominante. Além disso, tal golpe também tinha uma ligação direta em manter os interesses imperialistas dos EUA - país esse que estava buscando sua hegemonia na América Latina, financiando uma série de governos ditatoriais no território latino-americano.

No seio deste período autoritário, nascem diversos movimentos de luta pela democracia, sobretudo relacionados aos partidos políticos (PCB precisamente). A partir dos anos de 1970, inclusive a esquerda brasileira foi fortemente influenciada pelo Eurocomunismo, que considerava a democracia como estratégia para a conquista do socialismo.

Em nosso país, até meados dos anos sessenta, a esquerda brasileira se mobilizava em torno das reformas sociais, das campanhas nacionalistas e da defesa do desenvolvimento econômico. Já a partir dos anos setenta, até o período mais recente, em face das duras experiências do socialismo real, na esfera internacional, e da ditadura militar, na esfera nacional, a esquerda passou a considerar necessidade de repensar a “questão democrática”. Desde então, segmentos da esquerda têm preconizado o compromisso amplo, irrestrito e incondicional com a democracia para superar todos os equívocos do passado, em especial, aquela concepção anterior da democracia como um meio ou instrumento para a realização do socialismo. (NICOLIS, 2006, p. 170)

O Eurocomunismo emerge a partir da chamada crise do Socialismo Real, tal crise é fruto do Relatório Krushev divulgado em 1956 durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Tal relatório denunciava e expunha os crimes ocorridos no período Stalinista, por sua vez, isso gerou um impacto nos partidos comunistas e no movimento operário, que se viam desacreditados da Revolução Proletária a partir dos moldes clássicos estabelecidos por Marx, Engels, Lênin e Rosa Luxemburgo, através da via insurrecional e desenvolvimento da Ditadura do Proletariado.

Deve-se ressaltar, nesse ponto, que Lênin concebe a ditadura do proletariado como a extensão/universalização das liberdades políticas para as massas trabalhadoras e a restrição/supressão destas liberdades para os beneficiários do velho sistema. Esta concepção remete a uma democracia de exponencial participação ampliada, com incidências econômico-sociais induzidas e com nítido caráter de classe (NICOLIS, 2006, p. 48)

O contexto exigia a elaboração de novas estratégias de condução dos países a uma nação socialista. É movido por esses impulsos da crise do stalinismo, somado a prosperidade do capitalismo pós-segunda guerra mundial, e as experiências negativas em países socialistas, que os partidos comunistas, principalmente da França, Itália e Espanha, adotam a partir da década de 1970 o chamado Eurocomunismo. Segundo NICOLIS (2006), para os partidos comunistas era fundamental atrair novos eleitores, tanto da classe operária quanto da média burguesia e estreitar laços com outras forças políticas, assim obteriam seu êxito político.

Assim, os partidos comunistas passam a afirmar que o “caminho para o socialismo deve ser pacífico, democrático e construído de acordo com as características próprias de cada sociedade nacional. O próprio socialismo deve ser democrático, conforme a lógica do desenvolvimento social interno”. O recurso aos padrões institucionais soviéticos, especialmente às “ditaduras proletárias unipartidárias” e a reprodução daquele “modelo” foram, em geral, descartados. Na maioria dos casos, a “desestalinização” e a democratização da vida interna do partido também foram propostas, processos estes que implicaram na recusa da hegemonia soviética sobre o movimento socialista internacional. (NICOLIS, 2006, p. 65)

Logo, o Eurocomunismo é uma espécie de combinação do comunismo com a social-democracia que deriva de um momento de declínio dos países socialistas e do descrédito do regime stalinista, assim nasce a necessidade de uma nova via estratégica para o alcance do socialismo - a democracia.

O Eurocomunismo vai apresentar aspectos reformistas, ou seja, ele nega o modelo leninista que preconizava o chamado assalto revolucionário, a insurreição e depois a ditadura do proletariado; da mesma forma ele também irá ser autonomista porque rejeita a hegemonia soviética para direcionar o movimento socialista internacional, logo se anteriormente os partidos socialistas ao redor do mundo detinham um centro, o PCUS, com a proposta do Eurocomunismo cada partido escolheria sua direção e estratégia política.

Ainda sobre o Eurocomunismo, o movimento terá as seguintes características: rejeição de um confronto direto entre o proletariado e a burguesia, ou seja, optam pelo pacifismo e não pela revolução armada; consenso da população e preservação das instituições burguesas, como a maioria da população aceita e defende as instituições burguesas não há como se derrubar tais instituições; na disputa pelo interior do Estado, em outras palavras, pela ocupação de cargos parlamentares; realização de reformas estruturais, logo iria se modificando o sistema capitalista gradualmente, aliança entre diversas frações da sociedade, campesinato, operários e média burguesia que formariam um grande bloco de poder e por fim uma democratização do Estado e da economia. Todo esse conjunto levaria aos poucos a uma sociedade socialista, sem que houvesse a necessidade de confrontos, assim sendo, o Eurocomunismo defende a democracia, não como uma instituição puramente burguesa, mas como necessária para a conquista de um novo modelo de sociedade.

Segundo NICOLIS (2006) o Partido Comunista Italiano (PCI) foi o primeiro a adotar o Eurocomunismo, em seguida a adoção veio do Partido Comunista Espanhol (PCE), e por último do Partido Comunista Francês (PCF), que conjuntamente em 15 de novembro de 1975 declararam:

[...] sua aceitação da democracia tinha o valor de um princípio, que seu posicionamento não era tático, mas se originava da análise das condições objetivas e históricas específicas dos seus respectivos países e da reflexão sobre o conjunto das experiências internacionais.” (NICOLIS, 2006, p. 66).

Embora cada partido tenha adotado o Eurocomunismo obedecendo as particularidades de seus países, eles ainda convergiam em seu princípio mais fundamental: o aprofundamento da democracia.

Cumpram-se mencionar que tais experiências eurocomunistas da Itália, França e Espanha chegaram ao seu fim na década de 1980 e não obtiveram o êxito esperado, aqui não iremos discutir os motivos de tal declínio, mas o modelo do Eurocomunismo vai ser duramente criticado por muitos teóricos de esquerda. NICOLIS(2006) vai ressaltar que:

No que concerne ao significado do eurocomunismo, este trouxe avanços e recuos significativos para o movimento socialista e operário internacional, respectivamente, a necessária e premente crítica ao burocratismo stalinista e o retorno ao revisionismo e ao reformismo. Sendo assim, o eurocomunismo se constituiu, sobretudo, como uma política de colaboração de classe com a burguesia (como foi o caso dos social-democratas no pós 1914) sacrificando não só a luta de classe revolucionária, mas também os interesses cotidianos imediatos dos trabalhadores assalariados, favorecendo os interesses da burguesia e, por conseguinte, a conservação da ordem. (NICOLIS, 2006,p. 70)

Enfim, depois de demonstrar um pouco de como se constitui o Eurocomunismo e suas principais características, buscaremos entender como tal modelo político vai se difundir a ponto de chegar no Brasil e impactar na forma como alguns teóricos de esquerda irão defender o eurocomunismo e futuramente como este viria a ser adotado por partidos políticos brasileiros que irão nortear suas estratégias a partir das teses eurocomunistas.

## **2.2 A Tese da Democracia como Valor Universal**

A ascensão do Eurocomunismo no Leste Europeu, influenciou diversos partidos da esquerda mundial, a discussão acerca da relação entre democracia e socialismo se popularizou e chega até o Brasil ainda durante o período da Ditadura Civil Militar, mais precisamente com o ensaio de Carlos Nelson Coutinho intitulado “A Democracia como Valor Universal” de 1979.

Coutinho (1979) inicia a sua tese articulando a relação entre socialismo e democracia e sua relação com o pensamento marxista. Segundo o autor, tanto Marx quanto Engels escreveram sobre esta relação, o primeiro sobre a crítica da democracia representativa burguesa e o segundo teceu suas preocupações sobre a conquista do sufrágio universal e da ampliação da democracia e como isto afetaria o movimento operário socialista. Já passado alguns anos, a questão da democracia como valor universal vai ser tratada sob as mais diferentes perspectivas de esquerdistas marxistas revisionistas e ortodoxos logo após a Revolução de Outubro.



Ainda o mesmo autor vai afirmar que a rejeição do modelo soviético como universal entre os marxistas ocidentais apenas é difundido porque os pensadores marxistas, assim como o próprio Marx já retratavam os vínculos entre socialismo e democracia.

Concepção que Enrico Berlinguer sintetizou expressivamente no discurso que pronunciou em Moscou, em 1977, por ocasião do 60º aniversário da Revolução de Outubro: “A democracia é hoje não apenas o terreno na qual o adversário de classe é obrigado a retroceder mas também é o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista” Essa universalidade não deve ser concebida apenas no sentido teórico; o valor da democracia não se limita a áreas geográficas. Pois se há por sua vez algo de universal nas reflexões teóricas e na prática política do que é hoje chamado de eurocomunismo, esse algo é precisamente o modo novo - um modo dialeticamente novo - de conceber essa relação entre socialismo e democracia. (COUTINHO, 1979, p.34)

Coutinho (1979) vai ressaltar que a prova da universalidade da democracia está nas discussões que animam o debate das forças progressistas brasileiras, que pensam o significado e a importância da luta pela democracia no Brasil. Haja visto que passávamos por um período de duras repressões das liberdades, não só as políticas como o direito de escolher seus representantes, mas também liberdade individuais como a liberdade de expressão que eram reprimidas violentamente pelo regime ditatorial, todo esse cenário, somado às influências eurocomunistas, foram um grande impulso para a esquerda brasileira ter na democracia uma centralidade, dando ênfase na luta pelo restabelecimento do regime democrático.

Pode-se facilmente constatar, nesse sentido, a presença de diferentes e até mesmo contraditórias concepções de democracia entre as correntes que se propõe a representar os interesses populares e, em particular, os das massas trabalhadoras. Trata-se de um fato normal e saudável - na presente conjuntura - aquilo que une todos os opositoristas, ou seja, a luta pela conquista de um regime de liberdades político-formais que ponha definitivamente termo o regime de exceção que, malgrado a fase de transição que se esboça, ainda domina em nosso País. (COUTINHO, 1979,p.34)

Para Coutinho (1979), a democracia não pode ser vista puramente como uma tática, porque tal concepção é um olhar estreito sobre esta categoria, onde ela passa a ser apenas mais um instrumento da dominação burguesa. O autor vai dizer que esta perspectiva da democracia é baseada num entendimento errado do Estado na teoria marxista, “[...] numa falsa e mecânica identificação entre democracia política e dominação burguesa” (COUTINHO, 1979, p. 34). Além disso, também há uma concepção errônea das tarefas necessárias às forças progressistas brasileiras, segundo o autor:

[...] essas tarefas não podem ser identificadas com a luta imediata pelo socialismo, mas sim com um combate árduo e provavelmente longo pela criação dos pressupostos

políticos, econômicos e ideológicos que tornarão possível o estabelecimento e a consolidação do socialismo no nosso País. (COUTINHO, 1979, p. 35).

Ou seja, Coutinho acreditava na democracia como caminho para a conquista do socialismo, seguindo os pressupostos eurocomunistas, a transição para uma nova sociedade seria feita de forma lenta e gradual, por meio da ampliação da democracia nas mais diferentes esferas societárias, desde a participação política até a socialização da riqueza produzida.

Na primeira parte da sua obra ele vai se dedicar a demonstrar o vínculo entre democracia e socialismo, segundo o autor quando "Lênin afirmou que não existia 'democracia' pura, que a democracia era sempre burguesa ou proletária, ele não punha em discussão o que Berlinguer chama hoje de valor universal da democracia política" (COUTINHO, 1979, p. 35), Lenin nesta passagem não negava a importância da democracia e nem sua validade, mas sim entendia que "[...] não pode existir - salvo em breves períodos de transição - regime estatal sem conteúdo de classe determinado. (COUTINHO, 1979, p. 35).

Sendo assim, Coutinho ressalta que Lenin, sempre muito fiel a Marx e Engels, tentava realizar uma análise crítica da democracia, sem ser reducionista, por isso afirma que não há democracia sem conteúdo de classe. Contudo, Coutinho alega que seguindo o materialismo histórico dialético, não podemos reduzir a democracia como puramente burguesa, ainda que a democracia moderna e todo o conjunto de princípios que a compunha sejam derivados das revoluções burguesas que possibilitaram um espaço político necessário para se consolidar e reproduzir o modo de produção capitalista, ela ainda terá seu valor.

Como explica Coutinho:

“ [...] podemos extrair dela uma conclusão acerca da questão da democracia: nem objetivamente, com o desaparecimento da sociedade burguesa que lhes serviu de gênese, nem subjetivamente, para as forças empenhadas nesse desaparecimento, perdem seu valor universal inúmeras das objetivações ou formas de relacionamento social que compõe o arcabouços institucional da democracia política” (COUTINHO, 1979,p. 36)

Coutinho refuta Stálin, afirmando que diferente do que se acredita a concepção stalinista, na transição da sociedade capitalista para a socialista, com a existência das classes, existirá uma tendência à unidade, mas jamais uma completa homogeneização da mesma. Portanto, ainda que haja uma tendência à unidade, a diversidade ainda vai existir e para Coutinho os interesses divergentes devem encontrar uma forma de representação política.

A pluralidade de sujeitos políticos, a autonomia dos movimentos de massa ( da sociedade civil) em relação ao Estado, a liberdade de organização, a legitimação da hegemonia através da obtenção de consenso majoritário: todas essas conquistas democráticas, portanto, continuam a ter pleno valor numa sociedade socialista. ( E não é preciso recorrer a Gramsci ou aos teóricos atuais do eurocomunismo para

afirmar isso: Lênin foi um dos primeiros a reconhecer esse valor quando se opôs à transformação dos sindicatos em “correias de transmissão” do Estado socialista, na famosa polêmica que travou com Trótski em 1921). Estamos diante de formas de relacionamento social sem as quais não se cumpre o que Marx e Engels exigiam do socialismo: “que o livre desenvolvimento de cada um fosse condição necessária para o livre desenvolvimento de todos”. (COUTINHO, 1979,p. 36)

Logo, para Coutinho, a democracia política não é apenas um princípio tático na construção da sociedade socialista, mas sim um valor estratégico permanente, “na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade” (COUTINHO, 1979,p. 36).

Todavia ele ressalta que a democracia socialista não é apenas uma continuação da democracia liberal, a primeira tem a tarefa de criar (ou mudar a função) de novas instituições políticas que ainda não existem ou que já existiam mais apenas embrionariamente na democracia liberal. Ao mesmo tempo, a democracia socialista também não deve extinguir uma das categorias fundamentais da democracia liberal - as formas de representação das massas - sendo elas: os partidos, sindicatos, associações profissionais, de bairro e afins), o que Coutinho vai chamar de mecanismos de organização da classe operária (os sujeitos coletivos), devem ser incentivados, de forma que a participação política deve ser cada vez maior. Assim sendo, a democracia socialista, não deve somente socializar meios de produção, mas também deve realizar uma socialização dos meios de governar.

Em outras palavras, o socialismo não elimina apenas a apropriação privada dos frutos do trabalho coletivo; elimina também - ou deve eliminar- a apropriação privada dos mecanismos de dominação e de direção da sociedade como um todo. A superação da alienação econômica é condição necessária, mas não suficiente para a realização do humanismo socialista: essa realização implica também a superação da alienação política. (Uma necessidade de que Lênin era também consciente: basta lembrar a sua concepção da cozinha que dirige o Estado.) A superação da alienação política pressupõe o fim do “isolamento” do Estado, sua progressiva reabsorção pela sociedade que o produziu e da qual ele se alienou; ora, isso se tornará possível através de uma crescente articulação entre os organismos populares de democracia direta e os mecanismos “tradicionais” de representação indireta (partidos, parlamentos, etc.). Essa articulação fará com que esses sujeitos adquiram uma nova função - ampliando seu grau de representatividade - na medida em que se tornarem o local de uma síntese política dos vários sujeitos políticos coletivos. E essa síntese é imprescindível se não se quer que esses sujeitos coletivos sejam coagulados ao nível da defesa corporativista de interesses puramente grupais e particulares, reproduzindo assim a atomização da sociedade civil que serve objetivamente à dominação burguesa. (COUTINHO, 1979, p. 38)

Coutinho segue seu texto reforçando a ideia de que a articulação entre democracia representativa e a democracia direta já faziam parte das teorias marxistas. Ele cita primeiramente Max Adler<sup>6</sup>, que observou que a falta de representação política geral poderia

transmutar a democracia (dos conselhos operários) em uma representação apenas corporativista e para solucionar tal questão ele propôs uma integração entre o parlamento e os conselhos operários.

Assim, também aparece tal questão para o comunista italiano Pietro Ingrao<sup>7</sup> que estava preocupado em formar uma “terceira via” entre o modelo soviético e a social-democracia. Enfim, Coutinho se propõe a demonstrar como a “questão democrática” aparecia previamente na teoria marxista e nos teóricos marxistas, para argumentar contra as teses de que consideravam o Eurocomunismo e suas derivações como um abandono à teoria marxiana clássica.

É nossa convicção que a democracia de massas ( a expressão é de Ingrao) que deve servir de superestrutura à transição para e à construção de , uma sociedade socialista tem de surgir dessa articulação entre as formas de representação tradicionais e os organismos de democracia direta; essa articulação, como dissemos, deve promover a síntese dos vários sujeitos políticos empenhados na transformação social, uma síntese que - respeitada a autonomia e o pluralismo dos movimentos de base - seja a portadora da hegemonia dos trabalhadores sobre o governo da sociedade como um todo. O que se propõe, em outras palavras, é a constituição do “ autogoverno-me dos produtores associados”, a que se referiam Marx e Lênin. (COUTINHO, 1979, p. 39)

Quando Coutinho traz a questão da hegemonia dos trabalhadores, ele faz uma diferenciação entre tal conceito do ponto de vista do liberalismo e do que seria a hegemonia na concepção marxista da democracia. Na teoria liberal, há um reconhecimento de que os sujeitos são plurais, individuais e autônomos, e se deduz que os interesses plurais desses sujeitos serão harmonizados e coordenados sob os mecanismos reguladores do mercado capitalista. Em outras palavras, a famosa “ mão invisível do mercado” agiria, fazendo com que os interesses particulares dos sujeitos egoístas se transformassem num bem-estar geral. Coutinho refuta tal teoria, demonstrando que esta se apoia numa falsa “igualdade real dos sujeitos econômicos” como se estes estivessem na mesma posição, quando na verdade estão em extremos opostos, - um como proprietário dos meios de produção e o outro como proprietário apenas da sua força de trabalho - esse processo se daria pelo poder Executivo que estaria ausente do controle público, entretanto na verdade o que o poder Executivo faz é “[...]”

---

<sup>6</sup> Max Adler (15 de janeiro de 1873, Viena a 28 de junho de 1937, Viena) foi um jurista, político e filósofo social austríaco. As teorias formuladas por ele foram de muita importância para o austromarxismo, uma corrente que ele foi um dos principais representantes, seu trabalho fez relações com o marxismo e com a filosofia alemã.

<sup>7</sup> Jornalista italiano. Foi dirigente do Partido Comunista Italiano e foi presidente da Câmara dos deputados da Itália entre os anos de 1976 e 1979. Teve seu ingresso no PCI nos anos 1940 e participou da resistência contra o fascismo.

‘harmonizar’ os interesses do capital em seu conjunto, pondo-se acima das ‘paixões’ individuais dos capitalistas singulares, e operar ao mesmo tempo no sentido de que tais interesses se imponham ‘automaticamente’ sobre o conjunto da sociedade. (COUTINHO, 1979, p. 39)

A teoria liberal moderna afirma que a hegemonia de uma classe se assemelha a um regime totalitário, assim sendo o socialismo é uma espécie de despotismo, enquanto a democracia burguesa é plural. Em verdade, a neutralidade, o Estado como um ente isolado e a parte da sociedade civil, e a burocracia estatal são pretextos que velam a dominação da burguesia. Como sinaliza Coutinho:

A teoria socialista deve criticar a mistificação que se oculta por trás dessa formulação liberal: deve colocar claramente a questão da hegemonia como questão central de todo poder Estatal [...] as classes populares devem pôr abertamente sua candidatura à hegemonia, ao mesmo tempo em que lutam para superar a dominação efetiva else uma restrita oligarquia monopolista sobre o conjunto da sociedade. Mas, se socialismo é também sinônimo de apropriação coletiva dos mecanismos de poder, a hegemonia dos trabalhadores não pode (e não deve) se fazer por intermédio de uma nova burocracia que governo “de cima para baixo”; a libertação do proletariado, como disse Marx, é obra do próprio proletariado; e deve se fazer mediante a criação de uma democracia de massas que inverta essa tendência à burocratização e a alienação do poder. Nessa democracia de massas, a dialética complicadíssima - a autonomia dos sujeitos política coletivos - não anula, antes impõe, a busca constante da unidade política, a ser construída de baixo para cima, através da obtenção do consenso majoritário; essa unidade democraticamente conquistada será o veículo de expressão da hegemonia dos trabalhadores. (COUTINHO, 1979, p. 40)

Coutinho aqui tece claramente uma crítica ao regime stalinista e a não dissolução da burocracia, apontando:

“ [...] a democracia socialista é, assim, uma democracia pluralista de massas; mas uma democracia organizada, na qual a hegemonia deve caber ao conjunto dos trabalhadores representados através da pluralidade dos seus organismos (partidos, sindicatos, comitês de empresa, comunidades de base, etc.)”. (COUTINHO, 1979, p. 40)

Ainda o mesmo autor afirma que o liberalismo assume um pluralismo apenas no plano das ideias, porque na concretude ele vai mistificar e ocultar a hegemonia da burguesia; já o totalitarismo absolutiza a dominação e reprime o pluralismo - e aqui interpreto que se refere ao regime stalinista realizando uma crítica ao modo de gestão desse modelo de socialismo - enquanto que na democracia de massas o autor declara “ funda sua especificidade na articulação do pluralismo com a hegemonia, na luta pela unidade na diversidade dos sujeitos políticos coletivos autônomos” (COUTINHO, 1979, p. 40).

Coutinho ainda vai realizar um adendo, ratificando que enquanto meta futura a democracia de massas deve vislumbrar a extinção do Estado, e recorre à Gramsci e seu conceito de sociedade regulada, ou seja, a sociedade sem classes é uma sociedade na qual o Estado é absorvido por organismos autogeridos da sociedade civil. Finalizando ele afirma que “podemos concluir esse rápido esboço afirmando que a relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superação dialética (Aufhebung): a primeira elimina, conservar eleva a nível superior as conquistas da segunda.” (COUTINHO, 1979, p. 40)

Assim Carlos Nelson Coutinho encerra o primeiro tópico deste ensaio. Na segunda parte do texto ele vai intitular “ O caso brasileiro: a renovação democrática como alternativa à ‘via prussiana’”. Coutinho inicia exaltando a importância de derrotar o regime ditatorial que se seguia no Brasil e implantar um regime político que garanta as liberdades fundamentais, mas não só isso, ele evoca a formação social brasileira, destacando o caráter autoritário e elitista que perpassa nossa economia, política e cultura brasileira, até nos períodos (raros períodos) democráticos.

Como já ressaltamos anteriormente neste trabalho, e como Coutinho também sinaliza neste texto, o Brasil se enquadra no caso da “via prussiana “ de modernização econômico-social e transformações políticas. Mais precisamente, isto significa que estas mudanças ocorrem por meio de conciliações entre frações da classe dominante que aplicam medidas de “cima para baixo”, mantendo as estruturas atrasadas de produção (o latifúndio) e a reprodução da dependência ao capitalismo internacional. Essas transformações “pelo alto” resultam numa marginalização e exclusão das massas populares, principalmente das decisões políticas nacionais. Enfim, Coutinho vai dar alguns exemplos, que também já foram tratados neste Trabalho: o processo de Independência, a Proclamação da República, a Revolução de 1930, em que demonstra que tais eventos não foram realizados pelas massas populares, mas sempre pela classe dominante que conserva e mantém as estruturas arcaicas que propiciam sua dominação sob a classe proletária e somado a isso a condição de dependência ao capital internacional. Logo Coutinho escreve:

Para o conjunto das forças populares, coloca-se assim uma tarefa de amplo alcance: a luta para inverter essa tendência elitista ou “Prussiana” da política brasileira e para eliminar suas consequências nas várias esferas do ser social brasileiro. (Não se deve esquecer, antes de mais nada, que a “via prussiana” levou sempre à construção das superestruturas adequadas à dominação de uma restrita oligarquia - primeiro latifundiária, agora monopolista - sobre a esmagadora maioria da população.) A luta pela eliminação dessa tendência confunde-se com uma profunda renovação democrática do conjunto da vida brasileira; essa renovação aparece, portanto, não apenas como a alternativa histórica à “via prussiana”, como o modo de realizar em condições novas as tarefas que a ausência de uma revolução democrático-burguesa

deixou abertas em nosso País, mas também - é precisamente por isso - como o processo da criação dos pressupostos necessários a um avanço do Brasil no rumo do socialismo. (COUTINHO, 1979, p. 42)

O autor também traz uma importante consideração sobre o momento que o Brasil atravessava - a Ditadura Civil-Militar - e sua imposição de limites a realização de uma verdadeira revolução das massas, portanto ele vai afirmar “[...] à presença de um regime profundamente antidemocrático, faz com que o processo de renovação democrática assuma como tarefa prioritária [...] que, num primeiro momento, não deverão provavelmente ultrapassar os limites da democracia liberal” (COUTINHO, 1979, p.42). Portanto, o que Coutinho traz, é que antes de tudo, os movimentos progressistas da sociedade devem ter como prioridade a defesa da democracia liberal, sendo assim “[...] isso significa que as forças hegemônicas do novo regime liberal continuarão a ser, durante um certo tempo, os monopólios nacionais e internacionais, ainda que essa hegemonia seja exercida de modo menos absoluto e despótico que sob o atual regime” (COUTINHO, 1979,p. 42)

Ainda que o autor aponte os limites da democracia no Brasil, ele não descarta o valor das conquistas liberal-democráticas para a classe trabalhadora, isso porque tal regime abre a possibilidade para a relação dos objetivos finais das correntes socialistas.

Em outras palavras: a conquista de um regime de democracia política não é uma etapa no caminho do socialismo a ser posteriormente abandonada em favor de tipo de dominações formalmente não democráticas. É, antes, a criação de uma base, de um patamar mínimo que deve certamente ser aprofundado (tanto em sentido econômico-social quanto em sentido político), mas também conservado ao longo de todo o processo. Aquilo que antes afirmamos em nível teórico vale também para o caso brasileiro: a democracia de massas que os socialistas brasileiros se propõe a construir conserva e eleva a nível superior as conquistas puramente liberais. (COUTINHO, 1979, p. 43)

Mantendo as argumentações que Coutinho traz no primeiro tópico do texto, ele busca as reflexões sobre as particularidades brasileiras, mas também reforça o caráter do valor universal da democracia no caso brasileiro. Neste sentido, ele traça algumas características necessárias a uma estratégia que vise a ampliação da democratização econômica, para tal, ele destaca que deve-se estabelecer um programa econômico antimonopolista, antiimperialista e antilatifundiário, e que tal programa deve atender amplas parcelas da população, desde a classe operária, passando pelos camponeses e atingindo a pequena e média burguesia nacional, ou seja, o programa deve ser de uma aliança com diferentes frações de classe como traz o Eurocomunismo.

Em resumo, podemos citar alguns pontos fundamentais que Coutinho traz em seu texto como sendo necessários a essa estratégia de democratização que levaria o Brasil rumo ao socialismo. São eles: socialização crescente da política, formação de um bloco democrático e popular e por fim o processo de renovação democrática que ocorra de baixo para cima. Nas palavras do autor:

De modo esquemático, poderíamos dizer que as tarefas da renovação democrática desdobram-se em dois planos principais. Em primeiro lugar, lógica e cronologicamente, trata-se de primeiro conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais, para o que se torna necessária a uma unidade com todas as forças interessadas nessa conquista e na premência das “regras do jogo” a serem implementadas por uma Assembleia Constituinte dotada de legitimidade . E, em segundo, trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, como crescente participação popular; e a busca da unidade, nesse nível, terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antimonopolista e antiimperialista e, numa etapa posterior, para a construção em nosso País de uma sociedade socialista fundada na democracia política. (COUTINHO, 1979, p. 45- 46)

Após tudo que foi apresentado acima, temos também que refletir sobre as estratégias e táticas que a oposição, ou seja a esquerda brasileira, criou para resistir à dominação burguesa. Diante de tal quadro sócio-histórico brasileiro, a esquerda, com base no acúmulo teórico e político internacional e influenciada, dentre outros aspectos, pela tese da “Democracia como Valor Universal” de Coutinho, se debruçou sobre as possibilidades da revolução brasileira e do convicto enfrentamento das tarefas em atraso por meio da democracia como necessária para a construção do socialismo no Brasil. Logo, na próxima seção do nosso trabalho, nos propomos a entender as duas estratégias que os dois maiores partidos de esquerda e de massas brasileiros construíram para que se alcançasse o socialismo no Brasil.



### 3. AS ESTRATÉGIAS DA ESQUERDA BRASILEIRA: as experiências do PCB e do PT

Segundo Iasi (2019), o sentido da palavra estratégia faz alusão ao jargão militar e tem uma relação direta com a tática. Dessa forma, a estratégia tem a ver com o planejamento que precede a tática para que se alcance um objetivo final. Na política, também haverá estratégias que irão fomentar uma ação (tática), ainda segundo Iasi:

Na política, por extensão, a estratégia é a teorização da combinação entre as diversas formas particulares e momentos singulares de embate entre os blocos em presença, tendo em vista atingir seus objetivos. Dito de outro modo, estratégia é a teoria do emprego de cada embate como meio para atingir o objetivo final. Já a tática é a teoria da formação e da condução de cada um destes embates singulares tomado em si mesmo, ou seja, a teoria dos meios para vencer cada um dos embates tomado momentaneamente como fim. (IASI, 2019, p. 14)

Nesse sentido, teremos dois partidos de esquerda brasileiros que farão a adesão à uma estratégia democrática para se chegar ao objetivo final que seria a construção do socialismo. Iasi (2019) vai ressaltar a diferenciação entre uma estratégia democrática e uma estratégia socialista, porquanto a primeira tem o objetivo da conquista do socialismo como etapa final e precedente a isto tem-se a etapa do aprofundamento da democracia e de conquistas sociais; já a segunda tem o socialismo como etapa imediata, e diferente da primeira, a segunda não deixa o objetivo socialista de lado em nenhum momento, enquanto que na primeira, ele é deixado “de canto” momentaneamente.

Os dois partidos que vão construir essa estratégia democrática, são o Partido Comunista Brasileiro (PCB) através de seu programa nacional-democrático na década de 1950/60 e posteriormente o Partido dos Trabalhadores (PT) com a estratégia democrático-popular nos anos 1980. Somente o PT conseguiu levar esta estratégia a cabo, contudo apresentaremos aqui como se deu o processo de origem dessas duas estratégias, porque a segunda deriva historicamente dos acúmulos políticos da primeira e as duas têm como ponto central nosso objeto de estudo: a democracia.

No Brasil, é nítida a existência de dois grandes ciclos. O primeiro se refere ao ciclo do PCB ou da estratégia nacional e democrática. Pretendia-se enfrentar os “restos feudais” e o imperialismo no Brasil – que supostamente travavam o desenvolvimento autônomo do capitalismo no país – e, aliando-se à “burguesia nacional”, acelerar o desenvolvimento capitalista e criar as bases para uma segunda etapa – a revolução socialista. O ciclo do PT ou da estratégia democrática e popular pauta-se no processo de alargamento da democracia, compreendido como a ampliação progressiva de um conjunto de direitos e de participação política, através da pressão dos movimentos sociais e da ocupação dos espaços no Estado, que se chocariam contra os interesses de

nossa classe dominante. É desse choque que emergiria a necessidade do socialismo (IASI, 2019, p. 360)

Sendo assim, ainda que em épocas distintas, os dois partidos, tanto o PCB quanto o PT, baseados em suas percepções sobre a formação social brasileira e a conjuntura do respectivo momento que atravessavam - o primeiro no auge da ditadura e o segundo no seio da abertura democrática, traçaram sua estratégia política que vai dar um direcionamento, na qual a linha de chegada é a superação da sociedade capitalista, através da resistência à dominação burguesa por meio do aprofundamento da democracia que criaria um terreno favorável para implementar o socialismo.

### 3.1 O Programa Nacional-Democrático do PCB

O Partido Comunista Brasileiro fundado em 25 de março de 1922 - completando 100 anos em 2022 - foi o primeiro partido brasileiro que teve na sua composição a classe proletária. Segundo NICOLIS (2006), o PCB emerge sob a influência da Revolução Russa de 1917<sup>8</sup> a partir do modelo político e organizacional da Terceira Internacional Comunista<sup>9</sup>, em tal Congresso<sup>10</sup> o Brasil é entendido como um país “semicolonial” e mediante este entendimento é que se apresentam as estratégias para a transformação econômica, política e social brasileira. Segundo NICOLIS:

---

<sup>8</sup> A Revolução Russa de 1917 foi a conclusão de uma série de revoltas que vinham ocorrendo desde 1905 e que desembocaram no fim da monarquia Czarista e na tomada do poder pelos socialistas.

<sup>9</sup> “ De fato, a III Internacional foi fundada em 1918, quando o longo processo da luta contra o oportunismo e o social-chauvinismo conduziu, sobretudo durante a guerra, à formação de partidos comunistas em diversas nações. Formalmente, a III Internacional foi fundada em seu I Congresso<sup>(4)</sup>, celebrado em março de 1919 em Moscou. E o aspecto mais característico desta Internacional, sua missão, é cumprir, colocar em prática os preceitos do marxismo e realizar os ideais seculares do socialismo e do movimento operário. Este aspecto, o mais característico da III Internacional, manifestou-se imediatamente no fato de que, a nova, a terceira “Associação Internacional dos Trabalhadores”, começou a *identificar-se já, desde agora*, em certo grau, com a *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*.” (fonte: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/04/15.htm> acesso em: 07/12/2022)

<sup>10</sup> “O I Congresso da Internacional Comunista realizou-se em Moscou, de 2 a 6 de março de 1919; participaram 52 delegados, de 30 países: 34 com voz e voto e 18 com voz. O Congresso foi dirigido diretamente por Lenin. O informe de Lenin sobre o problema principal do dia, a democracia burguesa e a ditadura do proletariado, foi apresentado na sessão diurna de 4 de março. O Congresso aprovou, sem discussões por unanimidade, as teses de Lênin e resolveu transmiti-las ao Bureau do Comitê Executivo da Internacional Comunista, encarregando-o de lhes dar a maior difusão possível; ratificou, também, uma resolução proposta por Lênin como complemento à tese.” (fonte: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/04/15.htm> acesso em: 07/12/2022)

Com múltiplas modificações e adequações ‘táticas’ realizadas durante décadas e que prosseguiram mesmo depois da dissolução formal da Internacional Comunista (em 1943) esse modelo desembocou na proposta gradualista de transformação da sociedade brasileira, na qual se enfatiza o caráter nacionalista das reformas e o destacado papel que nelas teria o Estado. (GARCIA apud NICOLIS, 2006, p. 129)

Como já anteriormente citado, o Brasil tem seu processo de industrialização tardiamente e a formação da classe proletária brasileira começa a se adensar e se reconhecer enquanto classe somente a partir do início do séc XX, mais precisamente, ela passa a se organizar como sujeito coletivo e exigir reconhecimento a partir das greves de 1917 a 1920, que apesar do resultado negativo, com a derrota dos trabalhadores, gerou frutos positivos que foi o surgimento do movimento comunista brasileiro. Os anos iniciais do Partido Comunista Brasileiro, que vão desde 1922 até 1930, são dedicados a criar uma cultura socialista e a união do proletariado, considerando que antes da fundação do partido o Brasil jamais teve qualquer experiência partidária anticapitalista que tivesse expressividade. Logo, neste primeiro momento o PCB busca formar sua identidade e promover uma frente conjunta que iria contra o Estado liberal oligárquico e contra o capital.

Durante estes anos, o PCB realizou três congressos, o primeiro em 1922, o segundo em 1925 e o terceiro em 1929, quando já era considerado um partido clandestino. Ainda assim seu foco era a divulgação do Manifesto do Partido Comunista e das teses marxistas para o operariado, ao mesmo tempo, impulsionou o movimento sindical, incitando a condição classista e independente deste. Em 1930, ele é finalmente reconhecido pela Internacional Comunista e conta com mais de 1000 militantes que integravam o partido, assim até 1935 ele passa por um processo de afirmação política. “A pretensão em tornar-se uma efetiva vanguarda operária fez com que a disputa no seio do próprio movimento operário fosse o eixo da sua inicial ação política” (DEL ROIO apud NICOLIS, 2006, pg 130)

O PCB se insere no cenário nacional como uma importante força política no enfrentamento ao governo de Vargas e sua aproximação com o Integralismo, organizando a insurreição de 1935<sup>11</sup>, o PCB já articulava uma frente nacional e antifacista e propunha um

---

<sup>11</sup> - A Aliança Nacional Libertadora (ANL) de orientação comunista, foi criada em 1935 e liderada por Luís Carlos Prestes, seu objetivo era parar o avanço do nazifacismo no Brasil e difundir os ideais comunistas. Com chegada de Hitler no poder da Alemanha e com Mussolini na Itália, cresce as disputas ideológicas envolvendo o nazifacismo e o comunismo, o Brasil passa a estreitar relações com o facismo a partir da Ação Integralista Brasileira, liderada por Plínio Salgado, e para conter tais avanços é que se organiza a Intentona Comunista ou Revolução de 35 que foi um levante da ANL compostos por militares, comunistas e líderes operários, com o apoio da Terceira Internacional na tentativa de depor Vargas do poder e iniciar um governo no país. A Intentona Comunista começou em 23 de novembro de 1935, com a revolta deflagrada em Natal (RN) e, no dia seguinte, em Recife (RN). O levante começou no Rio de Janeiro em 27 de novembro, contudo ela não teve o apoio esperado da classe operária e foi derrotada pelas tropas federais.

projeto de desenvolvimento democrático, anti-imperialista e antilatifundiário, sendo o núcleo da Aliança Nacional Libertadora.

Com a derrota da Intentona Comunista, instaura-se no Brasil mais uma vez um período sombrio e de recuos no campo democrático. Vargas sob o pretexto da ameaça comunista em 1937, dá um golpe e fecha o Congresso Nacional, extinguindo os partidos políticos e censurando a imprensa. Também outorga uma nova Constituição que permite amplos poderes ao presidente, iniciando-se assim mais um período ditatorial do nosso país, o Estado Novo. O PCB é posto na ilegalidade até o início dos anos quarenta, vivendo sob forte repressão política, chegando a casos muito violentos de extermínio de dirigentes e militantes do partido.

Em 1945, com a redemocratização brasileira após a ditadura Vargasista, o PCB vai se consagrar como um partido de massas, conquistando sua legalidade e atingindo cerca de 200 mil filiados. O Partido Comunista Brasileiro também vai ganhar força no cenário político nacional e consegue eleger uma significativa bancada parlamentar, inclusive elegendo Luiz Carlos Prestes, o então Secretário Geral do Partido ao cargo de governador. Porém, sua ascensão duraria pouco, em 1947 esse movimento é interrompido pelo governo do Marechal Dutra que põe o partido mais uma vez na ilegalidade. Diante de tal quadro perverso, o PCB toma uma posição mais radicalizada e menos conciliatória, por meio de uma política estreita e sectária, expressadas no Manifesto de Agosto de 1950 e a Declaração de Março de 1958.

Acusado de esquerdista e sectarista, o Manifesto de Agosto expressava uma clara virada político-estratégica por parte do partido, e em face de tais acontecimentos. Propunha a reforma agrária, a luta contra o imperialismo e até a luta armada. Apesar dos rumos da conjuntura nacional, o PCB seguia uma direção afinada com o PCUS, assim como os demais partidos comunistas latino-americanos, substituindo o “reformismo de frente popular” para a “retórica revolucionária” (NICOLIS, 2006). Conforme Nicolis (2006), o PCB também incorporou uma clara influência da revolução chinesa (1949), uma vez que apontava a possibilidade de reprodução em solo brasileiro da estratégia e experiência daquele país. Tal postura foi bastante questionada inclusive por segmentos do próprio partido, que o acusavam de voluntarista e esquerdista e principalmente por desconsiderar a conjuntura dos anos de 1950, marcada pela retomada das liberdades democráticas. (ORTIZ, 2020, p. 96)

Segundo NICOLIS (2006), havia no Manifesto de Agosto a defesa explícita das liberdades de pensamento, imprensa, reunião, associação, organização e do direito de voto aos analfabetos, bem como outras liberdades democráticas “secundárias”. Ou seja, o PCB vai ter uma virada política que assume posições mais revolucionárias e menos conciliadoras, contudo esse posicionamento vai ser radicalmente mudado novamente após influências nacionais e internacionais. No plano nacional, se observa a escalada do governo de Juscelino Kubitschek

confirmando a incorporação dependente e periférica do Brasil ao sistema capitalista internacional, com a entrada maciça das indústrias pesadas e multinacionais. Já no âmbito internacional, temos a divulgação do Relatório Krushev em 1956 durante o XX Congresso do PCUS em que se apresentavam os crimes do stalinismo, gerando um impacto direto no partido, que apesar da demora de aceitar e validar esse relatório, depois reconheceu seu “erro” por não avaliar com espírito crítico tudo que advinha de Stálin, do PCUS e da União Soviética (NICOLIS, 2006).

No PCB inicia-se uma intensa luta interna, ele se vê dividido, inclusive com muitos quadros importantes do partido se desfiliando. Esses conflitos internos somente seriam resolvidos quando o Partido Comunista Brasileiro finalmente toma uma posição frente aos acontecimentos do XX Congresso do PCUS. Esse momento é crucial para entender a afirmação do programa nacional-democrático, pois ele representa uma nova virada política do partido, expressa pela Declaração de Março de 1958:

Em linhas gerais, a Declaração de Março de 1958 defendia a adesão à “teoria da revolução por etapas”, em que primeiro seria necessária a realização de uma revolução nacional, democrática e anti-imperialista para depois, e a partir das conquistas desta, se construir a revolução socialista. E também reconhecia o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mas considerando que o mesmo não se encontrava concluído, defendia que eram necessárias reformas de base, capazes de garantir o solo para uma revolução nacional e democrática por meios pacíficos. (ORTIZ, 2020, p. 101)

Teremos então uma nova virada no posicionamento do PCB, que deixa de lado seu princípios revolucionários e opta pela via na qual a valorização da democracia e das alianças mais amplas com setores da burguesia passou a ser interpretada pelos comunistas como sendo a via brasileira a ser seguida para trilhar o socialismo no Brasil, o que também aconteceu em outros países, como a Itália e a França.

Desta forma, o PCB afirma na Declaração de Março que o caminho para a revolução brasileira deveria ocorrer em duas etapas, primeiro com uma revolução democrática e nacional, de caráter antiimperialista e antifeudal, e a segunda etapa se caracteriza com uma revolução socialista, de fato, sendo essas duas etapas realizadas através da união do proletariado mais campesinato e a pequena burguesia, assim é que se forma a Estratégia Nacional-Democrática.

O programa nacional-democrático que sustentava a proposta de uma frente nacionalista contra o imperialismo deveria ser associado a um conjunto de reformas de estrutura ou “reformas de base”, com destaque para a reforma agrária, além de um redirecionamento geral das políticas públicas, da política econômica e da política externa. Ademais, a questão da cultura e da identidade nacional também foram muito

valorizadas nas intervenções teórico-políticas que emergiram naquele período (DEL ROIO apud NICOLIS, 2006, p. 148)

O V Congresso do PCB, que aconteceu em 1960 reafirma o que traz a Declaração de Março, assumindo a posição do partido em uma “via pacífica” da transição da sociedade capitalista para a socialista, logo o PCB vai endossar a ideia da necessidade de aprofundar a análise da questão democrática.

Na Resolução Política desse Congresso, a democracia era concebida na sociedade brasileira como uma etapa a ser ultrapassada posteriormente por um regime socialista que, por representar os interesses da maioria do povo (as massas trabalhadoras), poderia ser dispensado de ser formalmente democrático (KONDER apud NICOLIS, 2006, p. 152)

Em resumo, o PCB segue uma trajetória, principalmente depois dos anos 60, empenhada na realização de uma revolução democrática no Brasil, que ampliasse a cidadania, desenvolvesse o capital nacional, produzisse melhores condições de vida para a classe trabalhadora, e constituísse um Estado nacional e democrático.

Passados alguns anos, o Golpe de 64 pôs um fim definitivo em qualquer mínima possibilidade da consolidação da Estratégia Nacional-democrática. Chegava-se ao fim a Estratégia Nacional democrática e com ela se encerrava também um ciclo significativo de avanços e conquistas da classe trabalhadora através da democratização da sociedade. Se instaura um Estado autoritário que tinha como finalidade segundo NICOLIS (2006) ser um instrumento utilizado pelas classes e frações dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente. Assim, o Brasil vive duros longos sob o controle dos militares que aliados a fração mais alta da burguesia e ao capital internacional, mantém um governo antidemocrático, altamente repressivo e violento, subordinado ao capital internacional e contra qualquer tipo de liberdade.

Enfim, apesar da experiência da estratégia democrática-nacional não obter êxito, ela não cai no esquecimento totalmente, dela, deriva o surgimento da estratégia democrático-pular que será abordada na próxima seção deste capítulo.

### **3.2 Estratégia Democrático-Popular**

Entre 1964 e 1985 o Brasil é governado por militares, contudo o regime ditatorial já entra em crise a partir dos anos 80 quando chega-se ao fim o que foi chamado “milagre econômico”, que acelerou o crescimento do PIB brasileiro e assim fez a economia alavancar, até 80 o país não vinha sendo atingido pela crise do petróleo que assolou os países centrais,

pelo contrário, o Brasil vinha colhendo os frutos dos capitais externos investidos aqui, enfim na década de 80, o modelo - concretizado no tripé capital externo, capital privado nacional e financiamento estatal - não sustenta-se mais e o Brasil entra novamente numa grande crise econômica, segundo NICOLIS (2006), essa crise é movida pela alta da inflação, um aumento da dívida externa e a desestruturação do setor público.

Dessa forma, o governo militar perde, o único que pilar que ainda mantinha esse governo sobrevivendo, a partir de 80 começa-se uma série de manifestações pelo fim da ditadura militar, que vai acarretar uma mudança significativa na sociedade brasileira na qual vai sofrer profundas transformações, não só de cunho político, com a volta de democracia, mas também de cunho econômico com a chegada do neoliberalismo, de cunho social com os avanços da Constituição Federal de 88, e com a estruturação de grandes movimentos sociais como o movimento dos operários do ABC Paulista.

O declínio da ditadura militar e o processo de transição “democrática” com a chamada Nova República (1985-1989) induziram as aspirações populares no sentido da melhoria das condições de vida, o que não se concretizou. Na verdade, em alguns casos estas condições até pioraram e isso em parte se explica pelo fato de que muitas dessas aspirações remetiam à necessidade de profundas reformas estruturais (ou reformas de base) como a reforma agrária ou a reforma urbana que atingiriam diretamente os interesses de frações de classe burguesas, daí a sua não realização naquela época e tampouco no período mais recente. (NICOLIS,2006,p.89)

É nesse contexto que vai emergir o Partido dos Trabalhadores que se tornaria o maior partido de massas do Brasil, fundado por Mário Pedrosa e Luiz Inácio Lula da Silva, em 1980, o PT emerge do processo das greves dos metalúrgicos do ABC paulista, greves essas que irão se estender para outras categorias profissionais do proletariado como, professores, bancários, ferroviários e tantos outros que organizam manifestações pedindo “abaixo a ditadura”. O fim do chamado “milagre econômico” onde a economia brasileira tinha um PIB de 11% ao ano, mostrava que a política econômica dos governos militares já estava falida, com uma dívida externa de 52 bilhões de dólares e uma inflação passando de 100%, além do congelamento dos salários, a classe trabalhadora sentia a piora das condições de vida e se organizava para pôr fim ao regime ditatorial.

Do PT constituem-se outras organizações como a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e em 1983 o partido impulsiona a Primeira Greve Geral que existiu no Brasil, e ao final do mesmo ano o partido dos trabalhadores vai lançar a campanha Diretas Já que tinham como objetivo acabar com as eleições indiretas para presidente, tal campanha mobilizou milhares de pessoas no Brasil, o regime militar se mostra sem sucesso na sua tentativa

de submeter o proletariado, representado, principalmente pelo movimento operário comandado pelo PT, é assim que o Partido dos Trabalhadores se consolida como um partido de oposição à ditadura e um partido operário independente nos anos 80.

O ano de 88 foi decisivo para o PT, o 5º Encontro Nacional do PT acontecido neste ano, vai aprovar um novo programa para o partido, tal programa vai se expressar na estratégia democrático-popular. Logo, essa estratégia vai ser a “fórmula” que o PT idealizou para se atingir um dado objetivo - mais especificamente o socialismo.

Portanto, a Estratégia Democrático popular entende que o caminho para se chegar a uma sociedade socialista, não é pela via clássica ( através de uma revolução armada, mas sim através de um via democrática que visa disputar o poder através do Estado, partindo do pressuposto de que não se dispõe de uma estrutura para um insurreição aos moldes da URSS e também sobre as influências da corrente eurocomunismo.

Considera-se também que devido ao modelo particular de capitalismo que se desenvolve no Brasil, e sua incompletude, ainda há algumas tarefas em atrasos que são necessárias antes de pôr fim à sociedade burguesa - uma questão que o próprio PCB também considerava, sendo elas: uma formação social e econômica não completa, a autocracia burguesa que permite o domínio do proletariado, a pouca maturidade política dos trabalhadores e os processos sociais que os enfraqueceram, e ainda um cenário mundial desfavorável com o neoliberalismo. Segundo IASI (2019):

Nesse partido, uma variante de estratégia democrática, autodenominada —democrática e popular, era hegemônica desde meados dos anos 1980. Nela, estavam presentes: a) a indicação de supostas incompletudes no desenvolvimento capitalista brasileiro, materializadas, por exemplo, na existência de profundas desigualdades regionais e da marginalização dos setores populares dos espaços políticos; b) a suposição de que elas teriam de ser resolvidas para que se pudesse eventualmente pautar uma proposta de transição socialista; c) a afirmação, no sentido de resolver o problema da transição, de um programa antilatifundiário, anti-imperialista, antimonopolista; d) a aposta no acúmulo progressivo de forças dos trabalhadores, através de sucessivas vitórias parciais em dois planos, o dos movimentos sociais e o da ocupação de espaços na institucionalidade propriamente estatal; e) a organização da ação política em torno da bandeira do fortalecimento da democracia política e econômica, e das instituições que a encarnassem. (IASI, 2019, p.17)

Sendo assim, essa estratégia vai se materializar verdadeiramente com as eleições de 2002, onde o partido abriu mão de sua hegemonia para formar uma coligação com o Partido Liberal, e formou sua aliança com José Alencar, somado a isso, o já desgastado governo de FHC, tem-se um cenário favorável para Lula ser eleito. Contudo, se as alianças com a



pequena e média burguesia levam a vitória nas eleições, por outro lado elas enfraquecem as bandeiras de luta do partido, que se torna cada vez mais flexível às necessidades da burguesia.

A estratégia brasileira, que chegou ao ápice com a chegada do PT ao Executivo, condensou diferentes posicionamentos, e leituras no interior do partido, em torno do consenso de que, para atuar como representantes dos trabalhadores, era necessário chegar ao ápice dessa proposta, tendo o presidente Lula como representante da classe, e, dessa forma, transformou a participação nas eleições na estratégia do partido. Desnecessário dizer que não importava quais concessões programáticas, ou ampliações do arco de alianças, fossem necessárias para alcançar esse objetivo. (LAGE, 2019, p. 94)

A estratégia democrático-popular, demonstra seus limites já inicialmente, porém ao longo do tempo ela se mostra cada vez mais afastada dos que pretendia - a conquista do socialismo. Assim podemos considerar que o Partido dos Trabalhadores “[...] realizou, por completo, a linha de transição da socialdemocracia, de uma organização nascida da e com a classe trabalhadora, para organização que visa a atuar nas esferas de representação, e, portanto, age pela classe trabalhadora, até o processo consolidado que é contra a classe trabalhadora” ( LAGE, 2019, p. 94)

Não teremos a pretensão de discutir neste trabalho de conclusão de curso qual perspectiva teórica-política está certa ou errada, até porque não temos domínio do tema para tanto, somente buscamos apresentar as diferentes visões da questão democrática e como elas se desenvolvem no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como citado no início deste estudo, a democracia é foco de estudo de muitos pesquisadores em diferentes épocas da história e gera muitas discussões e polêmicas sobre suas concepções, conceitos e formas. Na atualidade, principalmente na sociedade brasileira, ela se faz presente no dia a dia dos brasileiros, que passam a debater sobre tal temática cada vez mais, isso é feito dos tempos de agitações políticas e sociais, na qual o Brasil vem ultrapassando e que fazem desse tema urgente é muito caro para nós brasileiros, principalmente dada a nossa história enviesada com a democracia.

A democracia tem sua gênese na sociedade ateniense, na Grécia antiga e funda o primeiro modelo de governo democrático existente no mundo no século V a.C, se sustenta nos pilares da igualdade e do direito a todo cidadão da livre opinião. Sua definição literal é traduzida em governo do povo, mas já naquela época nem todos eram considerados cidadãos e tinham o direito a participar das decisões políticas da Polis. Essa experiência primária de democracia modelo origina a democracia moderna, que emerge muitos séculos depois com o fim das monarquias antigas e o estabelecimento de novos regimes de governo.

A democracia moderna vai ser composta por um conjunto de regras, dentre as quais: sufrágio universal, divisão dos poderes (executivo, legislativo e judiciário), eleições periódicas, Constituição, partidos políticos e afins. Todo esses elementos são fundamentais para caracterizar a democracia, mas não qualquer democracia, especificamente a democracia liberal, que passada as Revoluções Burguesas vai ser apropriada pela classe dominante a partir de 1930, porém, não mais como um poder do povo, mas sim como forma de manutenção do modo de produção capitalista e da manutenção da burguesia como classe dominante. Logo, a democracia liberal que se constitui como modelo hegemônico no mundo na década de 30, é um modelo de regime onde o princípio da isonomia (igualdade) é puramente formal, em verdade somos dividido entre os detentores dos meios de produção (para esses sim liberdade e igualdade são válidas) , e possuidores da força de trabalho, ou seja, somos separados pelos que dominam e são dominados.

Ainda que não possamos desconsiderar os avanços que o regime democrático liberal impõe à classe trabalhadora, o voto universal é um exemplo disso, é fato que tal modo de governo, não atinge a emancipação humana como o prometido nas Revoluções Burguesas. A emancipação atinge somente a esfera política, dando possibilidade aos trabalhadores de

decidirem quem vai eleger para os representar, mas não atinge de fato uma emancipação humana, onde todos seriam iguais não só no poder de decisão política, mas também nas esferas econômico e social.

É calcado nesse entendimento que muitos pensadores vão entender que o regime democrático burguês é um impedimento para a emancipação humana dos indivíduos, enxergando que somente um novo modelo de regime de governo possibilitaria homens verdadeiramente livres e iguais. Enfim, a “questão democrática” é fruto de polêmicas e de diferentes concepções, tanto na esquerda como na direita, ela vem sendo debatida a séculos e possui diferentes formas e modelos..

Na cena contemporânea, mais especificamente a partir dos anos 1950/60, ela passa a ser introduzida, especialmente nos debates da esquerda mundial, que enxergam nesta a possibilidade de um caminho para o Socialismo.. Se debruçando sobre as obras do Jovem Marx, principalmente os ensaio “Sobre a Questão Judaica”, “ Crítica da Filosofia do Direito de Hegel” e “ As Lutas de Classe na França” é que alguns teóricos marxistas da época, discutiriam o vínculo entre socialismo e democracia e em que medida este poderia ser um caminho para uma sociedade sem exploração de classes, ou seja, alcançar o socialismo através de um caminho democrático.

Atingidos pela crise do socialismo real, com o conhecimento dos crimes cometidos no governo stalinista e depois com o fim da União Soviética, urge a necessidade de pensar mais um vez em uma forma de obter uma sociedade sem exploração e nem dominação de classe. Pensado nisso é que nascem no seio das discussões sobre os erros e acertos do regime político implantado na União Soviética um modelo alternativo ao que Marx propôs para se alcançar o socialismo.

As teses surgidas a esse respeito renderam polêmicas e discussões sem fim, inclusive até os dias de hoje, os marxistas mais ortodoxos acusavam os que teóricos que defendiam o vínculo entre democracia e socialismo eram revisionistas e abandonaram os preceitos de Marx e Engels que preconizavam a ditadura do proletariado. ou seja, para alguns estudiosos marxistas, essa relação entre socialismo e democracia é inválida e não seria possível adotar uma via pacífica para a conquista do socialismo. Segundo CHAUI apud NICOLIS (2006, p. 30 - 31):

As polêmicas estabelecidas em torno da relação entre socialismo e democracia denotam posicionamentos distintos entre os autores: desde a afirmação de que a democracia é intrínseca ao projeto socialista até a negação veemente da possibilidade desta vinculação, apoiada no fato de a democracia clássica ter surgido numa sociedade de escravos e também na experiência mais recente dos países do socialismo real. Certamente, as experiências da democracia burguesa e do socialismo

sino-soviético colocaram como questão da atualidade para a esquerda, especialmente para os marxistas, a necessidade de se repensar a relação entre socialismo e democracia

O vínculo entre democracia e socialismo foi expresso no Eurocomunismo, formulado por teóricos de esquerda que não enxergavam mais uma Revolução Proletária pelos moldes clássicos como uma possibilidade real, preconizavam então, a conquista do socialismo através de uma via pacífica seguindo moldes democráticos. Tal modelo de estratégia da esquerda se difundiu e teve uma ampla adesão, entre os partidos que aderiram podemos citar: o Partido Comunista Italiano, Partido Comunista Espanhol e o Partido Comunista Francês. A influência do eurocomunismo não se limitaria a Europa, ele alcançaria os partidos de esquerda brasileiros e seria a base das estratégias que tais partidos criaram para o alcance do socialismo.

Como descrito anteriormente neste texto, o Brasil tem seu modo particular de desenvolvimento capitalista, tal modo é caracterizado por uma transição passiva como define Chassin (1980), isto significa que não realizamos uma transição nos moldes de países como Inglaterra e França por exemplo, primeiro porque no Brasil não passamos pelo sistema feudalista, segundo que não houve nenhuma revolução, a burguesia do nosso país não é constitui sua autonomia econômica, ela se subordina ao imperialismo e adequa a velha sociedade para o novo modo de produção capitalista, porém mantendo as estruturas arcaicas da sociedade colonial.

É importante mencionar aqui, que o processo de escravismo da população negra é de extrema importância para entender como o capitalismo se desenvolve no Brasil, porque este novo modo de produção vai se estruturar a partir das relações de desigualdade étnico-racial, é assim que o negro na sociedade brasileira vai ser relegado a um lugar de subalternidade, tal fato é fundamental para destacarmos aqui que apesar dessa população étnico-racial se constituir como maioria da população brasileira, ela não tem sua cidadania efetivada, inclusive, a parte mais básica é fundamental da democracia que é o direito ao voto, só é conquistado efetivamente em 1998 com a Constituição Federal.

O processo da constituição da democracia no Brasil, se desenrola a partir da instauração da Primeira República, mais especificamente com a República Velha e a formulação de uma Constituição de 1891, que estabeleceu somente o voto universal masculino, ou seja, a participação política ainda era muito pequena e excluía a maioria da população, o que é uma forte característica da democracia burguesa brasileira, visto que, a ampla participação política somente é garantida na CF de 88.

Podemos caracterizar então a democracia brasileira como sendo uma democracia restrita, conceito utilizado por Florestan Fernandes (1996) no qual o mesmo vai descrever a democracia brasileira como um modelo democrático excludente, não integrativo e que beneficia a classe dominante. Ou seja, a democracia restrita é ainda menos favorável a classe trabalhadora, enquanto a democracia liberal pelo menos garante uma participação dos trabalhadores ao processo decisório, no Brasil, a democracia exclui a grande massa trabalhadora dos processos decisórios políticos, sendo mais usado como forma de controle do que como ampliação da participação política.

É válido destacar também que o Brasil atravessa diversos períodos ditatoriais ao longo de sua história, conseqüentemente isto torna nossa democracia uma instituição fragilizada e que constantemente está sob ameaças, logo, além dela não se realizar plenamente, ainda pode ser interrompida sob qualquer pretexto, como foi com o Golpe de 64 e a instauração da ditadura civil militar com a falsa alegação da ameaça comunista e a necessidade de garantir a segurança nacional, o que em verdade foi um processo de contrarrevolução as massas proletárias que vinham se organizando e adensando sua luta política.

Somente após os duros anos do governo ditatorial com a abertura democrática que os movimentos organizados da classe trabalhadora (partidos, sindicatos, movimentos sociais) vislumbram um novo horizonte. No seio deste processo é que vai nascer a Tese da Democracia Como Valor Universal de Carlos Nelson Coutinho e que é de extrema importância para as análises feitas neste trabalho, porque é sob influência dela e do dito eurocomunismo que a esquerda brasileira vai traçar sua estratégia política na qual direciona todos suas forças e esforços.

A Tese de Coutinho publicada em 1979, em resumo, busca articular a relação entre o socialismo e democracia e por sua vez como isso vai aparecer no pensamento marxista, em tal tese, Coutinho, assim como os eurocomunistas, defende uma que a democracia é um caminho para a implementação de uma sociedade socialista e que esta categoria tem um valor universal. Portanto, ele acreditava que a democracia deveria perdurar ainda numa sociedade socialista, e que tal sociedade deve ser radicalmente democrática.

Coutinho também traz suas considerações sobre o caso brasileiro, afirmando que devido ao período crítico e tenso que atravessava o Brasil - o período da ditadura - uma revolução proletária não era uma possibilidade efetiva, logo a maior preocupação da esquerda naquele momento será a luta pela volta do regime democrático. Segundo o autor, traçar uma estratégia democrática, anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista, é o percurso para o alcance de um país socialista.

Profundamente influenciada pela tese de Coutinho, pela urgência de defender a democracia após a ditadura e pelo eurocomunismo é que emerge a Estratégia Democrático-Popular (EDP), tal estratégia tem muitas semelhanças com a Estratégia Democrático-Nacional cunhada pelo Partido Comunista Brasileiro na década de 1950. Tal estratégia pode ser resumida na organização de uma frente ampla - que une a pequena e média burguesia, os trabalhadores e o campesinato, somados às reformas de base, principalmente a reforma agrária, além de um processo de democratização da esfera econômica e social, esta seria a primeira etapa para a implementação do socialismo. A estratégia do PCB não obteve êxito, porém nos anos 80 o PT reformula esta estratégia e cria a EDP.

A Estratégia-Democrático-Popular, expressa no Partido dos Trabalhadores, aprovada no 5º Encontro Nacional do PT, carrega como um dos seus principais princípios a defesa da democracia é um aprofundamento da mesma, assim como na EDN do PCB, esta estratégia também considera que existam tarefas em atraso que colocam o Brasil num plano de subdesenvolvimento e que com a realização destas, o país iria atingir um grau de desenvolvimento tal qual os países de capitalismo central, para além disso tal estratégia preconiza ainda que a pouca maturidade política da classe trabalhadora era um impedimento para a opção de uma via insurrecional, que permitisse a classe proletária o controle do Estado e a instauração do socialismo. Portanto mais uma vez, um partido de esquerda vai apostar na via democrática, onde o Estado seria disputado “por dentro” através dos diversos cargos nos poderes legislativo, executivo e judiciário, e por meio destes é que seria possível a ascensão do proletariado e uma sociedade sem exploração de classes.

Esta estratégia, conseguiu obter seu êxito, visto que o PT conseguiu sua eleição para o mais alto cargo político que poderiam conquistar, a vitória de Lula para a presidente foi uma significativa conquista, mas para tanto, as alianças que formou para se chegar a esse posto, custou muitas bandeiras de luta do partido.

Logo, podemos concluir, que ainda que a via democrática seja pensada como possibilidade para a construção de uma sociedade anticapitalista, esta via impõe limites e barreiras que são difíceis de ser ultrapassados e podemos constatar isso analisando o futuro do PT, que termina sua jornada depois de 13 anos com o impeachment de Dilma Rousseff.

Enfim, este Trabalho de Conclusão de Curso somente tem a pretensão de demonstrar as diferentes formas da democracia e mais especificamente como esta se desenvolve na trajetória político-social brasileira. Cabe ressaltar aqui, que tal temática ainda seguirá como objeto dos meus estudos e faz parte da minha pesquisa que apresentei para o projeto de mestrado, porém, depois de analisar conceitualmente e concretamente como a democracia se

expressa, pretendo no futuro entender como a democracia aparece nos tempos de Bolsonaro e como está atravessa a categoria profissional dos assistentes sociais.

## REFERÊNCIAS

**A história do voto no Brasil. BRASÍLIA:** Umberto Pinheiro e Christina Velho, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/439742-a-historia-do-voto-no-brasil-da-primeira-eleicao-ao-voto-secreto/?pagina=2%23todas-edicoes>. Acesso em: 9 dez. 2022.

BRASIL. **Código de Ética dos Assistentes Sociais.** In: Legislação Brasileira para o Serviço Social: Coletânea de Leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) Assistente Social. CRESS/SP (org.), 2006.

CHAUI, Marilena. **Breve história da democracia.** In: A DEMOCRACIA EM COLAPSO? . São Paulo: BOITEMPO, 2019. Disponível em: <https://democraciaemcolapso.wordpress.com/curso/>. Acesso em: 9 dez. 2022.

CHASIN, J. As máquinas param: germina a democracia! Revista Escrita/Ensaio. São Paulo: Escrita, n. 7, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A Democracia como Valor Universal.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Disponível em: <http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/ADELMO/Artigos/A%20Democracia%20como%20Valor%20Universal.pdf>/ acesso: 09/12/2022

\_\_\_\_\_. **Democracia: um conceito em disputa.** In: Socialismo e Liberdade. Ano I. n.0. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2009. p. 15-22.

IASI, Mauro. et alii. **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico,** Marília: Lutas Anticapital, 2019.

LAGE, Daniel. **Elos da Estratégia Democrático-Popular com a Socialdemocracia: a Atualização do Estado Burguês -.** In: A ESTRATÉGIA democrático-popular: um inventário crítico. 1. ed. [S. l.]: Lutas Anticapital, 2019. p. 81-100. ISBN 978-85-53104-19-2.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução.** Florianópolis: Insular, 2013.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa.** 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOURA, Clovis. **Dialética radical do Brasil negro.** São Paulo: Editora Anita, 1994

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO ATUAL CONTEXTO ANTIDEMOCRÁTICO BRASILEIRO.** IN: O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DO AVANÇO DO ULTRACONSERVADORISMO. Revista Praia Vermelha , Rio de Janeiro, v. 29, ed. 2, p. 473-808, 2019.

NICOLIS, Flavia Cavalcante. **Socialismo e democracia: dilemas e perspectivas do debate,** Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/06/t4.pdf>/ acesso em: 09 Dez de /22



NETTO, Zé Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ORTIZ, Fátima Grave. **Socialismo e Democracia: Considerações sobre os Projetos Nacional-Democrático e Democrático-Popular**, 2020. Disponível em: <http://www.editora.ufrj.br/DynamicItems/livrosabertos-1/CCNC-digital-v5.pdf/> acesso em: 09 de Dez. de 2022

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008

Tótora, Silvana. **A questão democrática em Florestan Fernandes**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 1999, n. 48 [Acessado 09 Dezembro 2022], pp. 109-126. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451999000300006>>.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.